

Adelcio Machado dos Santos

Pensamento Social Brasileiro: Contributo da Economia



2026

Adelcio Machado Dos Santos

PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: CONTRIBUTO DA ECONOMIA

1^a EDIÇÃO



SÃO LUÍS - 2026



EDITORAS NOVUS

SÃO LUÍS - MA - 2026



WWW.EDITORANOVUS.COM.BR



EDITORANOVUS@GMAIL.COM

Diagramação e Edição

Eduardo Mendonça Pinheiro

Edição de Arte

Romilson Carneiro Rodrigues

Conteudista

Adelcio Machado Dos Santos © 2026

Normalização

José Marcelino Nascimento Veiga Júnior

© 2026 Copyright – Direitos reservados. A Editora Novus é detentora dos direitos autorais relativos à edição, diagramação e ao projeto gráfico da presente obra. Os autores permanecem titulares dos direitos autorais de seus respectivos textos. Esta publicação está licenciada sob a Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0), permitindo a reprodução, o download e o compartilhamento total ou parcial do conteúdo, desde que a fonte seja devidamente citada, com atribuição obrigatória de autoria, e que a obra seja disponibilizada exclusivamente em Acesso Aberto (Open Access). Não é permitida qualquer forma de alteração, adaptação ou modificação do conteúdo, bem como sua disponibilização em plataformas de acesso restrito ou com finalidade comercial.



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237p

Santos, Adelcio Machado dos

Pensamento social brasileiro: contributo da economia. / Adelcio Machado dos Santos. – São Luís: Editora Novus, 2026.

70 f.: il. color.

Publicação digital (e-book) no formato PDF

ISBN: 978-65-84364-02-8

DOI: 10.29327/5754634

1. Pensamento social brasileiro. 2. Identidade nacional. 3. Desenvolvimento. 4. Interdisciplinaridade. 5. Economia. I. Título.

CDU: 316.334.2(81)

Elaborado por José Marcelino Nascimento Veiga Júnior – CRB 13/320

CONSELHO EDITORIAL

Dr^a Analí Linhares Lima
M.Sc. Alan Jeffeson Lima de Moraes
Dr. André Leonardo Demaison Medeiros Maia
Dr^a Anna Christina Sanazario de Oliveira
Dr^a Aurea Maria Barbosa de Sousa
Dr^a Camila Pinheiro Nobre
Dr. Claudio Alves Benassi
Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua
Dr^a Claudiene Diniz da Silva
Dr. Diogo Guagliardo Neves
M.Sc. Eduardo Oliveira Pereira
Dr^a Elba Pereira Chaves
Dr. Elmo de Sena Ferreira Junior
M.Sc. Érica Mendonça Pinheiro
Dr. Fabio Antonio da Silva Arruda
M.Sc. Fernanda Tabita Barroso Zeidan
Dr. George Alberto da Silva Dias
Dr^a Gerbeli de Mattos Salgado Mochel
Dr^a Giselle Cutrim de Oliveira Santos
Dr^a Herlane de Olinda Vieira Barros
Dr^a Ivete Furtado Ribeiro Caldas
M.Sc. José Carlos Durans Pinheiro
M.Sc. Josiney Farias de Araújo

M.Sc. Julianno Pizzano Ayoub
Dr. Leonardo França da Silva
M.Sc. Lucianna Serfaty de Holanda
Dr^a Luciara Bilhalva Corrêa
Dr^a Luana Martins Cantanhede
Dr^a Maria Raimunda Chagas Silva
Dr^a Marina Bezerra Figueiredo
M.Sc. Mayanne Camara Serra
Dr^a Michela Costa Batista
Dr. Moisés dos Santos Rocha
Dr^a Priscila Xavier de Araújo
M.Sc. Ramaiany Carneiro Mesquita
Dr^a Rita de Cássia Silva de Oliveira
M.Sc. Rosany Maria Cunha Aranha
Dr. Saulo José Figueiredo Mendes
Dr^a Samantha Ariadne Alves de Freitas
Dr^a Sandra Imaculada Moreira Neto
M.Sc. Shirley Ribeiro Carvalho
Dr^a Sinara de Fátima Freire dos Santos
M.Sc. Tatiana Mendes Bacellar
Dr^a Thais Roseli Corrêa
Dr^a Thalita Karolline de Queiroz Pereira
M.Sc. Victor Crespo de Oliveira
Dr. Wellington de Assunção
Dr. William de Jesus Ericeira Mochel Filho

Acesse www.editoranovus.com.br/corpo-editorial-2/ para conhecer os membros do Corpo Editorial

Parecer editorial e avaliação por pares

Os trabalhos que integram esta obra foram submetidos à apreciação do Conselho Editorial da Editora Novus e avaliados por pareceristas externos, por meio do sistema de revisão por pares (peer review), tendo sido considerados aptos para publicação.

Nota editorial: Trata-se de uma produção de caráter independente, na qual os direitos autorais permanecem sob a titularidade de seus respectivos autores. Eventualmente, alguns textos podem apresentar desdobramentos de pesquisas, comunicações ou trabalhos acadêmicos previamente apresentados ou defendidos, cabendo aos autores a observância rigorosa das boas práticas acadêmicas, especialmente no que se refere à prevenção do autoplágio. O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos autores, não refletindo, necessariamente, o posicionamento da Editora Novus, dos organizadores, dos revisores ou dos membros do Conselho Editorial.

Livro dedicado a
Juliano Giassi Goulart

“A cultura não pode ser vista como um simples adorno da vida social, mas sim como o núcleo formador da identidade de um povo e condição essencial de sua capacidade de autodeterminação. Sem uma política cultural, o desenvolvimento tende a perder seu sentido humano”
(FURTADO, 1984, p. 18).

FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

AUTOR



O Prof. Dr. Adelcio Machado dos Santos é sociólogo (MT/SC 222) e economista (CORECON/SC 3840).

Doutor e Pós-Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC). Mestre em Relações Internacionais. Bacharel em Sociologia e Ciências Econômicas.

Milita nas seguintes linhas de pesquisa: Economia Política International, Sociologia do Desenvolvimento, Gestão Urbana, Filosofia da Psicanálise, Gestão de Saúde Coletiva e Desenvolvimento Rural.

Ex-Reitor, coordenador de curso, vogal da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e de Núcleos Docentes Estruturante (NDE).

Em Santa Catarina, integrou os Conselhos Estaduais de Educação, Cultura e Desportos em Santa Catarina, bem como militou no "staff" da Assembleia Constituinte de Santa Catarina, Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Tribunal de Contas de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação e Secretaria de Estado da Fazenda.

Avaliador científico de projetos, eventos, editoras e periódicos.

Consultor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) e da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

Vogal das seguintes instituições: Associação Keynesiana Brasileira (AKB), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração (ANPAD), Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Estudos de Lazer (ANPEL), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (AN-CIB), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM) e Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas. (ABRACE).

Registrado nas seguinte organizações de controle corporativo/SC: CORECON, CREA, CRA, CRQ, CONRERP, OAB, CRECI, CRBio, MT.

Deu a lume a 93 livros, 186 capítulos de livros e 435 artigos científicos.

PREÂMBULO

Prof. Dr. Adelcio Machado dos Santos

Isagogicamente, pensar o Brasil se configura em faina que se renova a cada geração, a cada crise, a cada avanço, a cada ruptura. Pensar o Brasil socialmente, ou seja, compreender as forças históricas, culturais, políticas e econômicas que moldaram e moldam a vida coletiva no país, representa mais do que um exercício intelectual: trata-se gesto de compromisso.

Este livro nasce da convicção de que, entre os múltiplos vetores que constituem o pensamento social brasileiro, a economia oferece uma chave analítica fundamental, embora muitas vezes subestimada ou tratada de modo secundário em relação a outras abordagens mais tradicionalmente valorizadas nas ciências sociais.

Aqui, propõe-se trazer à tona, com o devido rigor e densidade, o contributo da Economia como instância de reflexão, crítica e elaboração de uma consciência nacional.

O Pensamento Social Brasileiro se desenvolveu em estreita sintonia com os dilemas estruturais do país. Desde os intérpretes clássicos da formação nacional até os ensaístas contemporâneos, as questões econômicas sempre estiveram presentes, ainda que nem sempre explicitamente nomeadas como tal. A escravidão, o latifúndio, a industrialização tardia, o desenvolvimento dependente, as desigualdades regionais, a urbanização acelerada, a financeirização da economia — são todos fenômenos cuja compreensão exige o cruzamento entre teoria econômica e sensibilidade social.

Por conseguinte, este volume parte da premissa de que não se pode entender o pensamento social brasileiro em sua plenitude sem reconhecer a centralidade das mediações econômicas que o informam, tensionam e, por vezes, o contradizem.

Neste percurso, será possível identificar autores, escolas e momentos históricos em que a economia aparece não apenas como pano de fundo, mas como agente de interpretação e transformação. De Roberto Simonsen a Celso Furtado, de Caio Prado Júnior a Maria da Conceição Tavares, da tradição estruturalista latino-americana à dependência, do desenvolvimentismo ao neoliberalismo, das políticas públicas de inclusão social às recentes ondas de austeridade fiscal, há um vasto campo onde o pensamento econômico dialoga, contesta e interage com os problemas sociais do Brasil. Este diálogo é, em si, um capítulo essencial da história intelectual do país — um capítulo que merece ser revisitado com atenção, pois nele se condensam não apenas diagnósticos, mas projetos, disputas, utopias e frustrações.

O contributo da Economia ao Pensamento Social Brasileiro não se restringe ao domínio técnico, nem se encerra nas fronteiras da academia. Ao contrário, transborda para a esfera pública, informa decisões políticas, estrutura formas de organização social e influencia o imaginário coletivo sobre o que é progresso, justiça, eficiência, equidade. Ao problematizar os fundamentos do crescimento econômico, ao interrogar os limites da inserção periférica no capitalismo global, ao

propor alternativas ao subdesenvolvimento crônico, os economistas pensadores — ou os pensadores com formação econômica — ampliaram o escopo do debate social, abrindo caminhos para compreensões mais densas da realidade brasileira.

Não se trata de oferecer uma narrativa exaustiva, tampouco fechar interpretações sobre as complexas relações entre economia e pensamento social. Seu objetivo é, antes, o de provocar o leitor à reflexão, ao exercício crítico, ao reconhecimento de uma tradição intelectual que, embora nem sempre coesa ou homogênea, compartilha o impulso comum de pensar o Brasil a partir das suas contradições mais agudas. Ao situar o contributo da Economia nesse contexto, pretende-se contribuir não apenas para o resgate de ideias e autores, mas para a renovação de um debate que permanece atual, sobretudo em tempos de instabilidade institucional, desigualdade persistente e incertezas globais.

Mais do que um inventário de teorias, este preâmbulo marca a abertura de uma jornada analítica que se pretende provocadora e comprometida. Provocadora, porque desafia certas leituras consolidadas que marginalizam o papel da Economia na produção do pensamento social. Comprometida, porque se ancora na crença de que o conhecimento tem responsabilidade pública, e que o debate crítico é parte integrante da construção de uma sociedade mais justa, democrática e consciente de si mesma. Em um país onde o social e o econômico se entrelaçam em padrões complexos de exclusão e resistência, pensar economicamente o social — e socialmente a economia — é um gesto que carrega potência transformadora.

Destarte, o convite se constitui em adentrar uma obra que se constitui como espaço de encontro entre ideias, interpretações e contextos. Uma obra que não propõe conclusões definitivas, mas que valoriza o percurso reflexivo. Que reconhece as limitações da teoria diante da vastidão da realidade, mas insiste na importância de pensar, compreender, explicar.

Em epítome, este exercício tenta reverberar para ademais das páginas, abrindo outras perguntas, outras leituras, outras formas de imaginar o Brasil, sempre em diálogo com as suas premências, sempre atento ao papel que a Economia desempenha no pensamento e na vida social.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	11
PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: análise introdutória	
CAPÍTULO 2.....	25
PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: contributo da Economia - Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares e Luiz Carlos Bresser-Pereira	
CAPÍTULO 3.....	37
PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: Contributo da História Econômica - Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré e Jacob Gorender	
CAPÍTULO 4	52
PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: Contributo da Economia - Inácio Rangel, Maria da Conceição Tavares e João Manuel Cardoso de Mello	



CAPÍTULO 1

PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: análise introdutória

BRAZILIAN SOCIAL THOUGHT: introductory analysis



RESUMO: O pensamento social brasileiro constitui um campo de reflexão essencial para compreender a formação histórica, política, econômica e cultural do país, articulando interpretações que dialogam com tradições intelectuais globais, mas que preservam a singularidade da experiência nacional. Este artigo, de caráter introdutório, analisou a trajetória desse campo a partir do século XIX, destacando a emergência de interpretações iniciais marcadas pelo positivismo, liberalismo e cientificismo, e avançando para a consolidação das ciências sociais no século XX, com autores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Darcy Ribeiro, que ofereceram leituras inovadoras sobre identidade, cultura e projeto nacional. Também se evidenciou a contribuição de economistas como Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares e Luiz Carlos Bresser Pereira, que ampliaram a compreensão das estruturas de dependência e desenvolvimento, reforçando a dimensão interdisciplinar do pensamento social. A análise mostrou que esse campo não é estático, mas se renova continuamente diante de novos desafios, como a globalização, as desigualdades sociais, os debates decoloniais e as transformações culturais. Conclui-se que o pensamento social brasileiro é, ao mesmo tempo, herança e tarefa, configurando-se como instrumento crítico para interpretar o passado e pensar alternativas para o futuro.

Palavras-chave: pensamento social brasileiro; identidade nacional; desenvolvimento; interdisciplinaridade.

ABSTRACT: Brazilian social thought constitutes an essential field of reflection for understanding the country's historical, political, economic, and cultural formation. It articulates interpretations that engage with global intellectual traditions while preserving the uniqueness of the national experience. This introductory article analyzed the trajectory of this field since the 19th century, highlighting the emergence of early interpretations influenced by positivism, liberalism, and scientism, and moving towards the consolidation of the social sciences in the 20th century with authors such as Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, and Darcy Ribeiro, who provided innovative readings on identity, culture, and national projects. The contributions of economists such as Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, and Luiz Carlos Bresser Pereira were also emphasized, as they expanded the understanding of structures of dependency and development, reinforcing the interdisciplinary nature of social thought. The analysis showed that this field is not static but continuously renewed in the face of new challenges such as globalization, social inequalities, decolonial debates, and cultural transformations. It is concluded that Brazilian social thought is both heritage and task, functioning as a critical instrument to interpret the past and to envision alternatives for the future.

Keywords: brazilian social thought; national identity; development; interdisciplinarity.

1 INTRODUÇÃO

O pensamento social brasileiro constitui um campo de reflexão fundamental para a compreensão da formação histórica, política, econômica e cultural do país. Ele emerge como um conjunto de interpretações e análises que procuram explicar os dilemas estruturais da sociedade brasileira, desde suas raízes coloniais até os desafios contemporâneos da globalização. Em essência, trata-se de um esforço coletivo de intelectuais, cientistas sociais e economistas que buscaram – e ainda buscam – compreender o Brasil em sua singularidade, ao mesmo tempo em que dialogam com correntes de pensamento universais. Assim, o estudo introdutório dessa tradição intelectual revela-se não somente relevante do ponto de vista acadêmico, mas também essencial para a formulação de políticas públicas, a crítica social e a construção de identidades coletivas.

A consolidação do pensamento social no Brasil está diretamente vinculada às transformações históricas que marcaram o processo de constituição do Estado nacional. No século XIX, em meio ao contexto da independência e da necessidade de afirmação de uma identidade própria, surgiram as primeiras formulações sistemáticas sobre o país. Inspirados em correntes como o positivismo, o liberalismo e o cientificismo, pensadores buscavam interpretar a realidade nacional sob perspectivas que oscilavam entre o desejo de modernização e a permanência de heranças coloniais (Lima, 2013). Esse período inicial revela uma tensão constitutiva: a tentativa de conciliar projetos de modernidade importados da Europa com as especificidades de uma sociedade marcada pela escravidão, pelo patriarcalismo e pela desigualdade social.

No decorrer do século XX, o pensamento social brasileiro ganhou densidade e complexidade. A institucionalização das ciências sociais e a consolidação de universidades e centros de pesquisa criaram condições para um debate mais sistemático sobre a sociedade. Nesse período, destacam-se autores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Darcy Ribeiro, cujas obras tornaram-se referências obrigatórias para a interpretação do Brasil. Freyre, em *Casa-Grande & Senzala* (1933), abordou a formação social brasileira a partir da mestiçagem e da convivência entre culturas, inaugurando uma visão inovadora sobre a identidade nacional (Freyre, 2006). Sérgio Buarque de Holanda, por sua vez, introduziu a noção do “homem cordial”, enfatizando as ambiguidades da cultura política brasileira (Holanda, 1995). Darcy Ribeiro ampliou a análise ao incorporar reflexões sobre educação, cultura e projeto nacional, apontando para os desafios do sub-desenvolvimento (Ribeiro, 1995).

Outro eixo de destaque refere-se à contribuição de economistas e cientistas políticos, que ampliaram o escopo do pensamento social ao inserir a dimensão econômica como chave interpretativa da realidade brasileira. Celso Furtado, em sua clássica obra *Formação Econômica do Brasil* (1959), demonstrou como o desenvolvimento desigual e dependente configurou as bases estruturais da economia nacional, influenciando não apenas a compreensão acadêmica, mas também políticas públicas e projetos de Estado (Furtado, 2009). Maria da Conceição Tavares e Luiz Carlos Bresser Pereira, por sua vez, aprofundaram as análises sobre industrialização, dependência e reformas econômicas, inserindo-se em debates mais amplos sobre a relação entre Estado, mercado e desenvolvimento (Tavares, 1972; Bresser-Pereira, 2006).

Essas contribuições revelam que o pensamento social brasileiro não se limita

a uma disciplina específica. Pelo contrário, constitui-se em um campo interdisciplinar que abrange sociologia, história, economia, ciência política, antropologia e filosofia, refletindo a complexidade da sociedade brasileira. Essa característica híbrida faz com que sua análise introdutória demande não apenas a identificação de correntes e autores, mas também a compreensão das condições históricas, sociais e culturais que possibilitaram a emergência de determinadas interpretações.

O interesse contemporâneo por esse campo decorre, em grande medida, da necessidade de revisitar e reinterpretar categorias clássicas diante de novos desafios. No cenário atual, questões como a globalização, a diversidade cultural, os movimentos sociais, as pautas decoloniais e as crescentes desigualdades sociais convocam os pesquisadores a dialogar criticamente com a tradição intelectual brasileira. Como destaca Schwarz (2012), é preciso analisar como categorias formuladas em contextos anteriores ainda se aplicam – ou precisam ser reformuladas – para dar conta da realidade presente. Assim, este estudo propõe uma análise introdutória, capaz de recuperar o percurso histórico do pensamento social brasileiro, destacar suas principais contribuições e refletir sobre seus desdobramentos na contemporaneidade.

A justificativa para a realização deste artigo fundamenta-se em três eixos centrais. Primeiro, a relevância acadêmica, pois compreender o pensamento social brasileiro significa acessar um conjunto de interpretações fundamentais para os estudos das ciências humanas e sociais aplicadas. Segundo a relevância social, uma vez que essas interpretações não se limitam ao campo teórico, mas influenciam políticas públicas, formas de sociabilidade e a própria constituição da cidadania. Terceiro, a relevância histórica, na medida em que a análise permite compreender a trajetória do país e seus dilemas recorrentes, como a desigualdade, a dependência econômica e a fragilidade das instituições democráticas.

Este artigo tem como objetivo geral analisar de forma introdutória o pensamento social brasileiro, identificando seus marcos históricos, principais autores e contribuições mais significativas. Entre os objetivos específicos, destacam-se: (i) discutir as origens do pensamento social no século XIX; (ii) analisar a consolidação desse campo no século XX, a partir de seus principais intérpretes; (iii) examinar a inserção de economistas e cientistas políticos no debate social brasileiro; e (iv) refletir sobre os desafios e perspectivas contemporâneos.

A metodologia adotada é de natureza bibliográfica, fundamentada em autores clássicos e contemporâneos que se dedicaram ao estudo do pensamento social no Brasil. A análise tem caráter exploratório e analítico, buscando identificar tendências, permanências e rupturas no campo. Como resultado, espera-se contribuir para o entendimento das bases interpretativas da sociedade brasileira e oferecer subsídios para futuros estudos que aprofundem dimensões específicas do tema.

Dessa forma, ao longo do artigo, será possível compreender como o pensamento social brasileiro não apenas interpretou a realidade nacional, mas também participou ativamente da sua transformação. Mais do que uma tradição intelectual, trata-se de um campo de disputas simbólicas e políticas, no qual diferentes atores procuraram, em distintos momentos históricos, oferecer respostas aos dilemas estruturais do país. Essa perspectiva justifica o esforço de análise aqui proposto e evidencia a pertinência de se revisitar o pensamento social brasi-

leiro como ferramenta indispensável para compreender os desafios do presente e pensar caminhos para o futuro.

2 ORIGENS DO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

O pensamento social brasileiro, enquanto campo sistemático de reflexão sobre a sociedade, consolidou-se de maneira gradual e em estreita relação com os processos históricos que marcaram a formação do país. Suas origens estão situadas no século XIX, período em que o Brasil, após a independência política, buscava afirmar sua identidade nacional e definir os rumos de sua modernização diante de uma realidade marcada por desigualdades estruturais, pela escravidão e por uma economia ainda profundamente dependente das demandas externas. Nesse cenário, emergiram os primeiros esforços de interpretação do país, fortemente influenciados por correntes filosóficas e científicas europeias, mas também permeados pela necessidade de pensar as singularidades locais.

De acordo com Lamounier (1999), o pensamento social brasileiro desse período pode ser entendido como um esforço de interpretação da nacionalidade, manifestando-se na tentativa das elites intelectuais de elaborar respostas para questões centrais, como a consolidação do Estado, a integração de uma sociedade profundamente hierarquizada e a construção de um projeto nacional. Esse esforço era atravessado pela tensão entre a herança colonial e a aspiração de construir uma sociedade moderna. A economia baseada no latifúndio, na monocultura e na exploração escravocrata estruturava relações sociais excludentes e condicionava o desenvolvimento político e cultural. Prado Júnior (2011) destaca que o sentido da colonização foi essencialmente mercantilista, voltado para atender às demandas do capitalismo europeu, o que limitou a possibilidade de formação de uma sociedade autônoma. Essa leitura posterior ajuda a compreender os dilemas enfrentados pelos primeiros intérpretes do Brasil, que se viam diante da necessidade de explicar um país que se modernizava lentamente, mas ainda preso a estruturas arcaicas.

Durante o Império, alguns intelectuais formularam reflexões que, embora ainda não constituíssem uma ciência social sistematizada, lançaram bases importantes para interpretações posteriores. José Bonifácio de Andrada e Silva defendia a abolição gradual da escravidão e a valorização da educação como instrumentos de construção da nação (Andrada; Silva, 2006). Joaquim Nabuco, por sua vez, tornou-se uma das vozes mais relevantes do movimento abolicionista, ao argumentar, em *O abolicionismo* (1883), que a permanência da escravidão era incompatível com qualquer projeto de civilização moderna no Brasil (Nabuco, 2010). Essas ideias evidenciam que o pensamento social brasileiro nasceu comprometido com a busca por soluções para dilemas concretos de sua realidade histórica.

As influências estrangeiras tiveram papel decisivo nesse processo. O positivismo, originado na França com Auguste Comte, exerceu forte atração sobre as elites brasileiras no final do século XIX, especialmente após a proclamação da República. Como afirma Carvalho (2002), o positivismo forneceu uma gramática política que legitimava a centralização do poder e a crença no progresso científico como motor de transformação social, influenciando diretamente a organização do Estado republicano. A inscrição da máxima “Ordem e Progresso” na bandeira

nacional é prova da força simbólica dessa corrente. Além do positivismo, o evolucionismo social e o determinismo racial, inspirados em leituras de Herbert Spencer e de teorias raciais europeias, também marcaram a produção intelectual da época. Nina Rodrigues, por exemplo, aplicou essas teorias à análise da sociedade brasileira, defendendo a inferioridade de certos grupos sociais e naturalizando desigualdades (Rodrigues, 2010). Embora posteriormente criticada por intelectuais como Gilberto Freyre, essa perspectiva demonstra que o pensamento social brasileiro nasceu atravessado por contradições: de um lado, a apropriação de paradigmas estrangeiros; de outro, a tentativa de elaborar uma interpretação genuinamente nacional.

À medida que o século XIX chegava ao fim, intensificava-se a busca por uma identidade nacional que superasse as visões importadas da Europa. Nesse movimento, destacam-se as primeiras grandes interpretações do Brasil que se tornariam referência no século XX. Gilberto Freyre, em *Casa-Grande & Senzala* (1933), rompeu com o determinismo racial vigente ao propor uma leitura que valorizava a mestiçagem como elemento constitutivo da sociedade brasileira. Ainda que posteriormente criticado por certo romantismo em relação às relações patriarciais, sua obra inaugurou uma abordagem inovadora sobre a formação social do país (Freyre, 2006). Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (1936), desenvolveu a noção do “homem cordial”, enfatizando a permanência de práticas patrimonialistas e personalistas que dificultavam a consolidação de instituições modernas. Sua análise apontava para a dificuldade de constituição de uma esfera pública autônoma diante da prevalência das relações privadas (Holanda, 1995).

A tensão entre modernidade e tradição tornou-se um eixo recorrente das reflexões sobre o Brasil. Raymundo Faoro (2001) destacou o papel do patrimonialismo herdado da colonização portuguesa como um obstáculo à construção de instituições modernas, evidenciando como práticas de clientelismo e personalismo permaneceram arraigadas ao longo da história. Esse contraste entre projetos de modernização e a permanência de estruturas arcaicas foi interpretado por diversos autores como uma característica constitutiva da sociedade brasileira, que parecia viver em constante estado de transição.

Assim, pode-se afirmar que as origens do pensamento social brasileiro se constituíram como um processo dinâmico, no qual se combinavam heranças coloniais, influências externas e tentativas de formulações originais. Ainda que marcadas por limitações teóricas, determinismos e idealizações, essas primeiras reflexões forneceram categorias fundamentais para a compreensão do país e prepararam o terreno para o desenvolvimento posterior das ciências sociais. Miceli (2001) observa que o pensamento social brasileiro se construiu em constante movimento de apropriação, adaptação e crítica de ideias estrangeiras, ao mesmo tempo em que buscava criar categorias próprias para dar conta de uma realidade singular. Revisitar suas origens é, portanto, compreender o percurso intelectual de nossos intérpretes, bem como os dilemas persistentes de uma sociedade que continua a enfrentar tensões entre modernização e exclusão, tradição e inovação, dependência externa e busca por autonomia.

3 CONSOLIDAÇÃO DO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO NO SÉ-CULO XX

O século XX representou um marco decisivo para a consolidação do pensamento social brasileiro. Foi nesse período que se institucionalizaram as ciências sociais no país, com a criação de cursos universitários, centros de pesquisa e revistas especializadas, permitindo a sistematização de análises sobre a sociedade brasileira em sua diversidade e complexidade. Mais do que um momento de expansão acadêmica, tratou-se de uma etapa em que diferentes matrizes teóricas, importadas ou produzidas localmente, foram mobilizadas para compreender a realidade nacional. O pensamento social brasileiro passou a ganhar contornos mais consistentes, com a emergência de obras clássicas que se tornaram referência para gerações posteriores e que até hoje alimentam os debates sobre identidade, cultura, economia e política.

Nesse contexto, a década de 1930 é apontada por muitos estudiosos como um divisor de águas. Como observa Miceli (1989), esse período coincidiu com a profissionalização das ciências sociais e a criação da Universidade de São Paulo (USP) e da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), instituições que desempenharam papel crucial na formação de intelectuais e na incorporação de teorias sociológicas e antropológicas vindas da Europa e dos Estados Unidos. Essa fase de institucionalização consolidou um ambiente intelectual propício ao florescimento de análises mais sistemáticas e cientificamente embasadas, ainda que fortemente marcadas por influências externas.

Entre os marcos mais notáveis desse processo estão as obras de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior. Com *Casa-Grande & Senzala* (1933), Freyre inaugurou uma interpretação inovadora sobre a formação social brasileira, enfatizando a mestiçagem como elemento estruturante da identidade nacional. Para o autor, a convivência entre portugueses, indígenas e africanos produziu um sistema cultural único, que se expressava não apenas nas relações sociais, mas também na arquitetura, na culinária e nas práticas cotidianas (Freyre, 2006). Essa visão, ainda que criticada posteriormente por suavizar aspectos da violência escravista, contribuiu para consolidar uma interpretação original do Brasil, afastando-se de leituras meramente eurocêntricas.

Já Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (1936), trouxe à tona a noção de “homem cordial”, conceito que se tornou central para a análise das relações pessoais e políticas no país. Segundo Holanda (1995), a cordialidade não se refere a uma suposta bondade inata do brasileiro, mas a um modo de agir que privilegia os laços afetivos em detrimento das normas institucionais, dificultando a consolidação de uma cultura política impessoal e democrática. Essa contribuição evidenciou as tensões entre tradição e modernidade, ajudando a explicar a persistência de práticas patrimonialistas e clientelistas.

No campo da história e da economia política, Caio Prado Júnior ofereceu uma leitura crítica do processo de colonização e suas consequências para o desenvolvimento nacional. Em *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), o autor destacou que a colonização portuguesa foi orientada pelo interesse mercantil e pela exploração de recursos voltados ao mercado externo, o que teria gerado uma estrutura econômica dependente e uma sociedade marcada por profundas desigualdades (Prado Júnior, 2011). Sua obra abriu caminho para análises de caráter marxista, que passaram a ganhar força nas décadas seguintes.

A partir dos anos 1950, o debate intelectual brasileiro ampliou-se com a contribuição de pensadores ligados ao campo da economia e do desenvolvimento. Celso Furtado, em *Formação Econômica do Brasil* (1959), elaborou uma interpretação abrangente sobre os ciclos econômicos e a inserção periférica do país no sistema capitalista. Para o autor, o subdesenvolvimento não era uma etapa transitória rumo ao desenvolvimento, mas um fenômeno estrutural, resultante de relações de dependência e de uma divisão internacional do trabalho assimétrica (Furtado, 2009). Essa perspectiva influenciou não apenas os estudos acadêmicos, mas também políticas de Estado, especialmente no período do nacional-desenvolvimentismo.

As contribuições de Maria da Conceição Tavares e Luiz Carlos Bresser-Pereira, a partir das décadas de 1960 e 1970, também foram fundamentais para consolidar o pensamento social brasileiro sob a ótica da economia política. Tavares (1972) analisou o processo de industrialização e o surgimento do capitalismo financeiro no Brasil, destacando os limites de um crescimento econômico excludente e dependente. Já Bresser-Pereira (2006) destacou a necessidade de reformas institucionais e de políticas econômicas que superassem o padrão de estagnação pós-1990, apontando para os desafios da globalização e da integração competitiva no cenário internacional.

A consolidação do pensamento social no século XX não pode ser vista apenas como um acúmulo de obras e autores, mas como um processo de diálogo crítico entre tradições intelectuais. Se por um lado o Brasil importava teorias do positivismo, do marxismo, do estrutural-funcionalismo e da teoria da modernização, por outro lado, seus intelectuais procuravam reinterpretar essas matrizes à luz da realidade nacional. Como argumenta Schwarz (2012), o pensamento social brasileiro caracteriza-se por um “deslocamento interpretativo”, em que categorias formuladas em outros contextos são adaptadas para explicar a especificidade de uma sociedade marcada por desigualdade estrutural, racismo e processos de modernização incompletos.

Outro aspecto relevante para a consolidação do campo foi o fortalecimento da pesquisa empírica. A partir das décadas de 1950 e 1960, surgiram estudos sobre urbanização, industrialização, movimentos sociais e desigualdade que ampliaram o escopo das análises. Autores como Florestan Fernandes foram decisivos nesse processo. Em *A integração do negro na sociedade de classes* (1964), Fernandes analisou o racismo estrutural e a exclusão social da população negra, apontando para a necessidade de uma democratização real das relações sociais (Fernandes, 2008). Esse tipo de contribuição demonstra como o pensamento social brasileiro incorporou temas antes marginalizados, tornando-se mais abrangente e crítico.

No período da ditadura militar (1964-1985), apesar da repressão política e das restrições à liberdade acadêmica, o pensamento social não deixou de se desenvolver. Muitos intelectuais se exilaram e passaram a dialogar com correntes críticas internacionais, trazendo de volta ao país novas perspectivas de análise após a redemocratização. Esse movimento contribuiu para uma renovação teórica e metodológica nas décadas de 1980 e 1990, quando se intensificaram os estudos sobre democracia, cidadania e globalização.

Conquanto, a consolidação do pensamento social brasileiro no século XX se deu por meio da confluência entre institucionalização acadêmica, produção de

obras clássicas, fortalecimento da pesquisa empírica e diálogos críticos com teorias internacionais. O resultado foi a construção de um campo intelectual robusto, capaz de oferecer interpretações originais sobre os dilemas do Brasil, sem deixar de dialogar com o pensamento social global (Miceli, 1995). Ainda que marcado por tensões, esse processo permitiu que o país constituísse uma tradição própria de análise social, que permanece relevante para compreender os desafios do presente.

4 CONTRIBUTOS RELEVANTES PARA O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

O pensamento social brasileiro constitui-se como uma tradição intelectual plural, marcada por interpretações que buscaram, ao longo da história, compreender os dilemas estruturais e as especificidades da sociedade nacional. A produção dos chamados “intérpretes do Brasil” não se limitou a uma disciplina, mas configurou-se em um campo interdisciplinar que reúne contribuições da história, da sociologia, da antropologia, da economia, da ciência política e da filosofia. Essa amplitude reflete a complexidade do país e a urgência de se formular categorias capazes de apreender a singularidade da formação social brasileira. Nesse sentido, revisitá os contributos de autores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Darcy Ribeiro, Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares e Luiz Carlos Bresser-Pereira torna-se fundamental, pois suas obras não apenas ofereceram explicações consistentes para a realidade nacional, como também influenciaram projetos políticos, sociais e culturais que moldaram a história do Brasil.

Entre os intérpretes clássicos, Gilberto Freyre ocupa um lugar de destaque por ter rompido com o paradigma biologizante e racialista que predominava nas primeiras décadas do século XX. Transformou-se em referência obrigatória ao propor uma interpretação inovadora da formação social brasileira. Em vez de reduzir a mestiçagem a um problema ou degeneração, como sugeriam as teorias raciais da época, Freyre a compreendeu como elemento constitutivo da identidade nacional, responsável por imprimir originalidade à cultura brasileira (Freyre, 2006). Essa abordagem, embora posteriormente criticada por certo tom idealizador das relações raciais, revelou-se fundamental para legitimar a contribuição cultural dos povos africanos e indígenas, até então invisibilizada pela historiografia oficial. Como observa Schwarcz (2019), a análise de Freyre da casa-grande e da senzala expôs as contradições da ordem patriarcal e escravocrata, ao mesmo tempo em que lançou luz sobre os mecanismos de poder, afeto e violência que estruturaram as relações sociais no Brasil.

Se Freyre destacou a dimensão cultural e familiar como chave de interpretação, Sérgio Buarque de Holanda introduziu a categoria do “homem cordial” como expressão da sociabilidade brasileira. Diferentemente do sentido coloquial, cordialidade, para Holanda, não significava bondade ou afabilidade, mas a prevalência das relações pessoais sobre a impessoalidade das instituições. Tal característica explicaria, em grande medida, a persistência do patrimonialismo e as dificuldades de consolidação de uma ordem democrática baseada em normas universais (Holanda, 1995). Como destaca Botelho (2010), a crítica de Sérgio Buarque revelou a tensão constitutiva entre esfera pública e esfera privada, evi-

denciendo que a cultura política brasileira se desenvolveu marcada pelo personalismo, pelo compadrio e pela informalidade. Essa reflexão permanece atual, sobretudo ao se observar os desafios contemporâneos da democracia no país, frequentemente tensionada por práticas clientelistas e pelo enfraquecimento das instituições republicanas.

A contribuição de Darcy Ribeiro ampliou a interpretação do Brasil ao articular a análise antropológica com um projeto político e educacional. Em *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*, publicado em 1995, Ribeiro apresentou uma visão que compreendia a identidade nacional como produto de um processo histórico singular, no qual a miscigenação não seria sinal de atraso, mas de criatividade e originalidade cultural (Ribeiro, 1995). Para ele, o Brasil constituía-se como uma civilização em formação, distinta da europeia, e que deveria ser entendida em sua própria lógica. Mais do que um diagnóstico, sua obra representava uma proposta de futuro, vinculada à ideia de construção de uma nação justa e democrática. Miceli (2001) observa que Darcy Ribeiro encarnou a figura do intelectual engajado, que não se restringia à reflexão acadêmica, mas buscava intervir concretamente na realidade social, seja por meio da política, seja pela elaboração de projetos educacionais inovadores, como os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs). Sua crítica ao subdesenvolvimento e sua proximidade com a teoria da dependência inserem sua contribuição no campo mais amplo do pensamento latino-americano, evidenciando que compreender o Brasil implica também reconhecer sua inserção periférica na ordem mundial.

Se Freyre, Holanda e Ribeiro se destacaram pela análise cultural, histórica e antropológica, Celso Furtado incorporou a dimensão econômica como chave interpretativa indispensável ao pensamento social brasileiro. Sua obra *Formação econômica do Brasil*, publicada em 1959, é um marco na medida em que demonstra como o modelo agroexportador estruturou uma economia dependente, dual e profundamente desigual (Furtado, 2009). Ao evidenciar que o subdesenvolvimento não representava uma etapa transitória, mas uma condição estrutural da inserção periférica do Brasil na economia mundial, Furtado ofereceu uma nova lente de análise, que fundamentou tanto debates acadêmicos quanto políticas públicas. Bielschowsky (2019) destaca que Furtado foi o principal formulador do estruturalismo econômico latino-americano, mostrando que a superação do atraso exigia intervenção do Estado, planejamento e industrialização. Sua atuação à frente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) simboliza como sua produção intelectual esteve intrinsecamente ligada à prática política, reforçando a ideia de que o pensamento social brasileiro não se limita ao plano teórico, mas busca transformar a realidade.

A crítica ao modelo de desenvolvimento implementado no Brasil também encontrou em Maria da Conceição Tavares uma voz central. Discípula de Celso Furtado, Tavares destacou-se por sua análise do processo de substituição de importações e pela denúncia das limitações estruturais desse modelo. Em *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*, publicada em 1972, ela demonstrou como a industrialização brasileira, longe de romper com a dependência, acabou reproduzindo-a em novas bases, criando uma economia subordinada ao capital externo e marcada por crescente financeirização (Tavares, 1972). Como ressalta Prado (2017), a originalidade de Tavares consistiu em evidenciar que o crescimento econômico brasileiro se deu de forma excludente, incapaz de gerar uma sociedade equitativa. Sua contribuição ultrapassa a economia, pois

permite compreender como as escolhas de política econômica impactam diretamente a estrutura social, aprofundando desigualdades e restringindo a cidadania.

O pensamento desenvolvimentista encontrou ainda em Luiz Carlos Bresser-Pereira uma renovação importante. Suas análises da economia brasileira no período pós-1994, especialmente em *Macroeconomia da estagnação*, publicada em 2006, criticaram o predomínio das políticas neoliberais e apontaram para a necessidade de um novo desenvolvimentismo (Bresser-Pereira, 2006). Para o autor, a dependência do capital externo, a vulnerabilidade cambial e a ausência de um projeto nacional de desenvolvimento explicavam a estagnação econômica e social do país. Fonseca (2019) destaca que a relevância de Bresser-Pereira está em propor uma agenda alternativa, na qual o Estado desempenha papel estratégico como indutor do crescimento e da redução das desigualdades, reafirmando a importância da política econômica no pensamento social brasileiro.

A análise dos contributos desses autores revela que o pensamento social brasileiro é marcado pela pluralidade e pela complementaridade. Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda enfatizaram dimensões culturais e institucionais, Darcy Ribeiro propôs uma síntese antropológica e política, Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares ofereceram chaves econômicas estruturais, enquanto Bresser-Pereira atualizou o debate desenvolvimentista em diálogo com os desafios da globalização. Essa diversidade é, sem dúvida, a maior riqueza da tradição intelectual brasileira, pois permite compreender a sociedade em sua complexidade, articulando cultura, política e economia.

Entretanto, é importante ressaltar que essa tradição foi, em grande medida, produzida por intelectuais ligados a elites sociais, culturais e acadêmicas. Como observa Gomes (2017), as vozes populares, afrodescendentes, indígenas e periféricas estiveram historicamente ausentes do cânone do pensamento social brasileiro. Hoje, perspectivas decoloniais e críticas contemporâneas buscam corrigir esse desequilíbrio, ampliando a noção de quem pode ser considerado intérprete do Brasil. Esse movimento de renovação evidencia que o pensamento social não é um patrimônio estático, mas um campo dinâmico, em permanente reconstrução e diálogo com novos sujeitos históricos.

Dessa forma, os contributos relevantes para o pensamento social brasileiro demonstram tanto a riqueza de interpretações clássicas quanto a necessidade de atualização crítica. Revisitar autores como Freyre, Holanda, Ribeiro, Furtado, Tavares e Bresser-Pereira é essencial para compreender a trajetória intelectual do país, mas igualmente fundamental é reconhecer as lacunas e incorporar novas vozes que expressem a diversidade social brasileira. O pensamento social, portanto, permanece vivo e em disputa, constituindo-se como espaço privilegiado para compreender os dilemas do presente e projetar caminhos para o futuro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pensamento social brasileiro, ao longo de sua trajetória, constituiu-se em um campo privilegiado de interpretação da realidade nacional, não apenas como exercício intelectual, mas como instrumento crítico voltado à compreensão dos dilemas estruturais da sociedade. A análise desenvolvida neste artigo evidenciou como diferentes tradições, abordagens e correntes teóricas foram mobilizadas

por intelectuais de distintas épocas para explicar a complexidade do Brasil, revelando tanto a riqueza quanto as tensões internas desse campo. Mais do que um conjunto de diagnósticos, o pensamento social brasileiro configura-se como uma arena de disputas simbólicas, políticas e ideológicas, em que se confrontam diferentes projetos de sociedade, modelos de desenvolvimento e visões de identidade nacional.

Desde o século XIX, quando emergiram as primeiras tentativas sistemáticas de interpretação do país, observa-se um esforço constante de conciliar o desejo de modernização com as marcas profundas do passado colonial e escravocrata. Autores vinculados ao positivismo, ao liberalismo e ao cientificismo buscavam compreender os desafios de uma nação recém-independente, mas ainda fortemente marcada pela desigualdade e pela exclusão social. Essa tensão entre projetos de modernidade e heranças coloniais tornou-se, como se pôde constatar, uma constante ao longo do desenvolvimento do pensamento social brasileiro, perpassando diversas gerações de intérpretes.

No século XX, a consolidação das ciências sociais no Brasil contribuiu decisivamente para o aprofundamento das análises sobre a formação social, política e cultural do país. Autores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Darcy Ribeiro trouxeram interpretações que se tornaram clássicas ao evidenciarem a singularidade da experiência histórica brasileira. Freyre (2006) ressaltou a mestíçagem como elemento central da identidade nacional, ainda que sua obra tenha sido alvo de críticas posteriores por uma suposta romantização das relações coloniais. Holanda (1995) destacou a ambiguidade do “homem cordial”, categoria que se tornou um dos símbolos da interpretação do Brasil, ao passo que Darcy Ribeiro (1995) vinculou sua análise à construção de um projeto nacional voltado à superação do subdesenvolvimento. Essas contribuições demonstram que o pensamento social brasileiro não se limitou à descrição da realidade, mas engajou-seativamente em debates sobre identidade e destino coletivo.

A inserção da dimensão econômica, sobretudo a partir de Celso Furtado, representou uma inflexão importante ao evidenciar que a condição periférica do Brasil no sistema internacional não era um acaso, mas fruto de um processo histórico de dependência estrutural. Furtado (2009) e, posteriormente, Maria da Conceição Tavares (1972) e Luiz Carlos Bresser Pereira (2006) ofereceram diagnósticos que dialogaram diretamente com formulações de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento. Essa vertente do pensamento social brasileiro demonstrou que não era possível compreender os dilemas nacionais sem articular as dimensões econômicas, políticas e sociais, reforçando o caráter interdisciplinar desse campo de estudos.

As discussões contemporâneas evidenciam a vitalidade e a necessidade de revisitar as categorias clássicas, ao mesmo tempo em que se ampliam os horizontes para novas perspectivas. Temas como globalização, neoliberalismo, multiculturalismo, identidades de gênero e raça, além das abordagens decoloniais, trazem desafios inéditos à tradição intelectual brasileira. Conforme aponta Schwarz (2012), a leitura crítica do passado deve ser acompanhada de uma reflexão permanente sobre as condições atuais, de modo a evitar a mera reprodução de categorias que já não dão conta da complexidade contemporânea. Nesse sentido, o pensamento social brasileiro permanece em aberto, convocando novos intérpretes a dar continuidade ao diálogo iniciado pelos clássicos, mas em chave renovada e plural.

Conclui-se, portanto, que o pensamento social brasileiro é, ao mesmo tempo, herança e tarefa. Herança porque nos legou interpretações fundamentais que ajudam a compreender quem somos e como chegamos até aqui. Tarefa porque exige permanente atualização diante das transformações históricas, sociais, econômicas e culturais que marcam o presente. Ao recuperar a trajetória e os contributos relevantes desse campo, este artigo buscou demonstrar que o pensamento social brasileiro não é apenas objeto de estudo, mas uma ferramenta crítica indispensável para a construção de um futuro mais justo, democrático e plural. Nesse horizonte, cabe aos pesquisadores e à sociedade em geral assumir o desafio de manter vivo esse diálogo, articulando tradição e inovação, memória e projeto, análise e ação transformadora

REFERÊNCIAS

- ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. **Projetos para o Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Celso Furtado e o estruturalismo econômico latino-americano. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 33, n. 95, p. 255-272, 2019.
- BOTELHO, André. **Sérgio Buarque de Holanda**: a imaginação da história. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Macroeconomia da estagnação**: crítica da ortodoxia convencional no Brasil pós-1994. São Paulo: Editora 34, 2006.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 4. ed. São Paulo: Globo, 2001.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Desenvolvimentismo: trajetória e perspectivas. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 3-22, 2019.
- FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. rev. São Paulo: Global, 2006.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.
- GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LAMOUNIER, Bolívar. **Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República**: uma interpretação. São Paulo: Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo, 1999.
- LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**: intelectuais e interpretação nacional. Rio de Janeiro: Revan, 2013.
- MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. 4. ed. Brasília: Senado Federal, 2010.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 24. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- PRADO, Eleutério F. S. Maria da Conceição Tavares: crítica ao modelo de desenvolvimento brasileiro. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 1-18, 2017.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro:** a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **Os africanos no Brasil.** 7. ed. Brasília: Senado Federal, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARZ, Roberto. **Martinha versus Lucrécia:** ensaios e entrevistas. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro:** ensaios sobre economia brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.



CAPÍTULO 2

PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: contributo da Economia - Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares e Luiz Carlos Bresser-Pereira

*BRAZILIAN SOCIAL THOUGHT: a contribution from
Economics - Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares
e Luiz Carlos Bresser-Pereira*



RESUMO: O presente artigo analisa o contributo da economia para o pensamento social brasileiro, com ênfase nas obras de Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares e Luiz Carlos Bresser-Pereira. Parte-se da premissa de que a economia, ao dialogar com a história e a sociologia, oferece instrumentos críticos para compreender as desigualdades, o desenvolvimento regional e a estrutura social do Brasil. Furtado evidencia o subdesenvolvimento como condição estrutural historicamente construída; Tavares enfatiza a dependência econômica e o papel regulador do Estado; Bresser-Pereira propõe o “novo desenvolvimentismo”, conciliando crescimento econômico e inclusão social. A análise demonstra que essas contribuições vão além de interpretações técnicas, influenciando políticas públicas, planejamento estratégico e debates sociais contemporâneos. Ao integrar dimensões econômicas, históricas e sociais, o estudo evidencia a relevância da economia como ferramenta interdisciplinar para compreender o Brasil, reforçando a importância do diálogo entre economia e Ciências Sociais. Por fim, conclui-se que o pensamento econômico crítico fortalece a reflexão sobre desenvolvimento, equidade e sustentabilidade, consolidando-se como um elemento central do pensamento social brasileiro.

Palavras-chave: pensamento social brasileiro; economia; desenvolvimento; desigualdade.

ABSTRACT: This article analyzes the contribution of economics to Brazilian social thought, focusing on the works of Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, and Luiz Carlos Bresser-Pereira. It starts from the premise that economics, in dialogue with history and sociology, provides critical tools to understand inequalities, regional development, and the social structure of Brazil. Furtado highlights underdevelopment as a historically constructed structural condition; Tavares emphasizes economic dependence and the regulatory role of the State; Bresser-Pereira proposes the “new developmentalism,” reconciling economic growth with social inclusion. The analysis shows that these contributions go beyond technical interpretations, influencing public policies, strategic planning, and contemporary social debates. By integrating economic, historical, and social dimensions, the study underscores the relevance of economics as an interdisciplinary tool to understand Brazil, reinforcing the importance of dialogue between economics and social sciences. In conclusion, critical economic thought strengthens reflections on development, equity, and sustainability, consolidating itself as a central element of Brazilian social thought.

Keywords: brazilian social thought; economics; development; inequality.

1 INTRODUÇÃO

O pensamento social brasileiro constitui um campo interdisciplinar que articula a produção intelectual das Ciências Sociais, História, Filosofia e Economia, revelando-se como um espaço privilegiado para compreender os dilemas, contradições e possibilidades da sociedade brasileira. Ao longo do século XX, consolidou-se uma tradição intelectual que buscou interpretar o Brasil a partir de suas particularidades históricas, culturais e estruturais, destacando o papel da escravidão, da modernização tardia, da desigualdade social e da dependência econômica como elementos centrais para a formação nacional. Nesse contexto, a economia se insere não apenas como disciplina técnica voltada para a análise de recursos, produção e distribuição, mas também como uma chave interpretativa do social, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento de categorias, conceitos e narrativas que moldaram o pensamento social brasileiro.

Desde os primeiros intérpretes do Brasil, como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, observa-se a preocupação em integrar dimensões sociais, culturais e econômicas para explicar a formação nacional. No entanto, é com o fortalecimento da ciência econômica, sobretudo a partir da década de 1930, que o pensamento social brasileiro passa a incorporar com maior densidade categorias ligadas ao desenvolvimento, à industrialização e à dependência externa (Ianni, 2004). Dessa forma, economistas e sociólogos convergiram para a construção de um campo analítico que não apenas descrevia, mas também problematizava os desafios estruturais do país, estabelecendo nexos entre o atraso econômico e as desigualdades sociais.

A economia, nesse sentido, ultrapassa a visão estritamente técnica ou positivista, inserindo-se no debate mais amplo das Ciências Sociais, seja por meio da economia política clássica, seja pelas interpretações críticas vinculadas à tradição estruturalista e dependentista. A contribuição de Celso Furtado, por exemplo, foi fundamental para a compreensão do subdesenvolvimento não como uma etapa transitória, mas como uma condição estrutural historicamente determinada pela inserção periférica do Brasil no sistema capitalista mundial (Furtado, 2009). Já Caio Prado Júnior, ao interpretar a formação econômica do Brasil, destacou o papel do colonizador e da economia de exportação como bases para entender a sociedade brasileira (Prado Júnior, 2011). Essas contribuições demonstram que o pensamento econômico brasileiro, ao se articular com o social, ultrapassou os limites da economia convencional e produziu análises críticas de grande relevância.

A escolha pelo tema se justifica pela necessidade de compreender como a economia se insere na tradição do pensamento social brasileiro, não apenas como ciência autônoma, mas como parte de um esforço coletivo de interpretação da realidade nacional. A análise econômica, quando integrada às dimensões históricas e sociológicas, amplia a capacidade de apreensão da complexidade social, permitindo compreender fenômenos como desigualdade, exclusão, concentração fundiária, desenvolvimento regional e dependência. Além disso, em tempos de intensas transformações globais e nacionais, retomar a tradição crítica da economia no pensamento social brasileiro é um exercício fundamental para pensar alternativas de desenvolvimento e inclusão social.

O presente artigo tem como objetivo geral examinar as contribuições da economia para o pensamento social brasileiro, destacando os principais auto-

res, correntes e interpretações que marcaram a trajetória desse diálogo interdisciplinar. Como objetivos específicos, busca-se: a) contextualizar o surgimento do pensamento social brasileiro e suas bases históricas; b) analisar a inserção da economia nesse campo, com ênfase nos economistas que se destacaram como intérpretes do Brasil; c) discutir as interfaces entre economia, sociologia e história na construção de uma visão crítica sobre o país; e d) refletir sobre a atualidade dessas contribuições diante dos desafios contemporâneos.

Metodologicamente, o artigo se baseia em revisão bibliográfica e análise crítica de obras clássicas e contemporâneas. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, cujo enfoque é a interpretação de textos que compõem o corpus do pensamento social brasileiro, privilegiando os autores que atuaram no cruzamento entre economia e sociedade. A análise se ancora em uma perspectiva histórico-crítica, na qual o pensamento econômico não é tomado isoladamente, mas como parte de um processo social mais amplo de interpretação do Brasil.

A estrutura do trabalho está organizada em sete seções, além desta introdução. Na segunda seção, são abordadas as bases históricas e conceituais do pensamento social brasileiro. Na terceira, discute-se a inserção da economia nesse campo, destacando sua relevância como disciplina constitutiva da análise social. A quarta seção apresenta as contribuições de economistas que se tornaram referências na interpretação do Brasil. Na quinta, são analisadas as perspectivas críticas e o diálogo da economia com outras Ciências Sociais. A sexta seção problematiza a atualidade do pensamento econômico no debate social contemporâneo. Por fim, as considerações finais sintetizam as principais conclusões e apontam lacunas e perspectivas de pesquisa.

Assim, ao propor uma reflexão sobre o papel da economia no pensamento social brasileiro, este artigo busca reafirmar a importância do diálogo interdisciplinar para compreender a formação, as contradições e os desafios do país. Mais do que um exercício acadêmico, trata-se de recuperar uma tradição crítica que pode iluminar caminhos para o enfrentamento de problemas estruturais que ainda persistem na sociedade brasileira, tais como a desigualdade, a exclusão e a busca por modelos de desenvolvimento mais equitativos e sustentáveis.

2 O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: BASES HISTÓRICAS E CONCEITUais

O pensamento social brasileiro constitui um campo complexo e multifacetado, marcado pela busca em interpretar o Brasil a partir de suas especificidades históricas, culturais, políticas e econômicas. Sua formação é inseparável do processo de constituição das Ciências Sociais no país, que se consolidaram no século XX, mas cujas raízes podem ser encontradas já no século XIX, em intelectuais preocupados em compreender a singularidade da sociedade nacional. A centralidade de questões como escravidão, mestiçagem, modernização, desigualdade e dependência econômica tornou-se marca característica desse campo, que se desenvolveu em constante diálogo com matrizes teóricas europeias, mas também em tensão com a realidade periférica do Brasil.

No século XIX, o pensamento social brasileiro ainda era fortemente influenciado pelo positivismo e pelo evolucionismo europeu. Autores como Sílvio Romero e Euclides da Cunha já esboçavam interpretações originais do Brasil, seja a

partir da literatura e da crítica cultural, seja da observação sociológica e histórica. Romero, por exemplo, ao discutir a mestiçagem, insere-se em um contexto de forte influência raciológica, ainda que busque formular uma identidade nacional (Romero, 1980). Já Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, articulou geografia, sociologia e história para interpretar a realidade sertaneja, antecipando preocupações que viriam a marcar o pensamento social do século XX (Cunha, 2009).

Com o advento da República e a expansão do ensino superior, consolidaram-se espaços institucionais que fortaleceram as Ciências Sociais no Brasil. Nos anos 1930, a criação da Universidade de São Paulo (USP) e da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) foi decisiva para a sistematização do campo acadêmico, em grande parte impulsionado pela vinda de professores estrangeiros, como Roger Bastide e Fernand Braudel. Esses intelectuais estimularam o diálogo entre as tradições sociológicas e históricas europeias e a realidade brasileira, contribuindo para a constituição de uma tradição própria (Miceli, 1989).

Nesse processo, o pensamento social brasileiro consolidou-se como um esforço interpretativo de longa duração, que não se restringiu a análises descritivas, mas buscou problematizar os fundamentos estruturais da sociedade nacional. Gilberto Freyre, em *Casa-grande & senzala*, destacou a centralidade da escravidão e da mestiçagem na formação social brasileira, inaugurando uma interpretação culturalista que marcou profundamente o debate intelectual (Freyre, 2006). Sua obra é considerada um marco não apenas pela riqueza descritiva, mas também pela tentativa de valorizar elementos da cultura brasileira até então vistos como entraves à modernidade.

Outro marco importante foi a obra de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, que introduziu a noção de “homem cordial” e problematizou a permanência de estruturas patrimonialistas na política brasileira (Holanda, 2006). Diferentemente de Freyre, Holanda enfatizou a dificuldade de consolidação de uma ordem racional-burocrática em um país marcado por laços pessoais e afetivos, o que implicava limites para o desenvolvimento de instituições modernas. Já Caio Prado Júnior, em *Formação do Brasil contemporâneo*, trouxe uma interpretação de matriz marxista, vinculando a estrutura social brasileira à sua condição colonial e exportadora, em que o projeto nacional se conformou a partir da lógica do capital externo (Prado Júnior, 2011).

Essas interpretações, embora divergentes, compartilhavam a preocupação de compreender o Brasil a partir de suas particularidades históricas e estruturais. Como observa Schwarz (2014), o pensamento social brasileiro sempre oscilou entre a adoção de modelos teóricos universais e o esforço de ajustá-los à realidade periférica nacional, produzindo uma tensão constitutiva que, longe de ser uma limitação, acabou por conferir vitalidade ao campo.

A partir da segunda metade do século XX, o pensamento social brasileiro passou a dialogar mais intensamente com a teoria sociológica internacional e a incorporar análises sobre industrialização, urbanização, movimentos sociais e democracia. Florestan Fernandes foi central nesse processo, articulando marxismo e sociologia acadêmica para compreender a dinâmica da desigualdade e do racismo estrutural no Brasil (Fernandes, 1976). Sua crítica à “democracia racial” freyriana reposicionou o debate, evidenciando a permanência de hierarquias sociais e raciais no processo de modernização.

Paralelamente, a economia assumiu papel cada vez mais relevante no pen-

samento social brasileiro. Autores como Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares e Fernando Henrique Cardoso ampliaram a compreensão das relações entre desenvolvimento econômico e estrutura social, vinculando a análise brasileira a debates globais sobre dependência e subdesenvolvimento. Essa dimensão econômica, longe de se restringir ao campo técnico, constituiu parte essencial do esforço interpretativo de compreender o Brasil e suas contradições.

Na contemporaneidade, o pensamento social brasileiro enfrenta novos desafios, diante da globalização, da financeirização da economia e das crises políticas recorrentes. Como observa Souza (2017), a desigualdade continua sendo uma marca estrutural da sociedade brasileira, e o pensamento social mantém-se relevante na medida em que articula dimensões históricas, culturais e econômicas para oferecer respostas críticas. Nesse cenário, a tradição intelectual construída ao longo do século XX não apenas ilumina o presente, mas também fornece instrumentos para repensar os rumos da sociedade brasileira.

Como observado então, as bases históricas e conceituais do pensamento social brasileiro revelam um campo intelectual profundamente comprometido com a interpretação da realidade nacional, em constante diálogo entre tradição e inovação, teoria e prática, universalismo e particularismo. Sua constituição se deu a partir da confluência de diferentes matrizes disciplinares, em que a economia desempenhou papel central, ao lado da sociologia e da história, na formulação de categorias analíticas capazes de explicar os dilemas de um país marcado por desigualdade, dependência e busca por desenvolvimento.

3 A ECONOMIA NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

A economia ocupa um lugar central no pensamento social brasileiro, não apenas por se constituir como disciplina autônoma no século XX, mas sobretudo por fornecer instrumentos de interpretação das dinâmicas históricas, sociais e culturais que marcam a formação do Brasil. Prado Junior (2011) observa que o entrelaçamento entre economia, história e sociologia deu origem a uma tradição crítica que buscou compreender as raízes do subdesenvolvimento, da dependência e da desigualdade social. Esse movimento foi determinante para consolidar a economia como um eixo estruturante do pensamento social brasileiro, ao lado de outras áreas do conhecimento que se debruçaram sobre a interpretação do país.

Segundo Ianni (2004), o pensamento social brasileiro não pode ser compreendido sem levar em conta a dimensão econômica, pois “as formas de produção e distribuição de riqueza estão no cerne da formação social brasileira” (Ianni, 2004, p. 57). Essa afirmação ressalta o papel que a economia desempenha na constituição de explicações abrangentes sobre a sociedade, uma vez que as estruturas econômicas moldaram as instituições políticas, a organização social e até mesmo a cultura. Nesse sentido, a economia não é apenas um campo técnico, mas também um elemento fundamental para compreender o desenvolvimento e as contradições do país.

A inserção da economia no pensamento social brasileiro ganhou força sobretudo a partir da década de 1930, em um contexto de industrialização incipiente e de transformações estruturais decorrentes da Revolução de 1930. Nesse período, o Estado passou a assumir papel central na condução da economia, e

os debates sobre desenvolvimento, industrialização e planejamento tornaram-se fundamentais. De acordo com Bielschowsky (2000), é nesse momento que surge a vertente do pensamento desenvolvimentista, cujo expoente maior foi Celso Furtado, e que marcou profundamente a interpretação social e econômica do Brasil.

Celso Furtado foi decisivo ao propor uma leitura histórica e estrutural do subdesenvolvimento brasileiro. Em *Formação econômica do Brasil*, o autor destacou que o modelo de colonização implantado no país, baseado na monocultura de exportação e na escravidão, gerou um padrão de desenvolvimento desigual e dependente, que se reproduziu mesmo após a independência política (Furtado, 2009). Essa perspectiva colocou a economia em diálogo direto com a história e a sociologia, evidenciando como os processos econômicos estavam intimamente vinculados à estrutura social.

Outro autor fundamental para compreender a economia no pensamento social brasileiro foi Caio Prado Júnior. Em *Formação do Brasil contemporâneo*, o autor sustentou que a economia colonial não poderia ser vista apenas como um sistema produtivo, mas como a base material da sociedade, responsável por moldar as instituições e as relações sociais (Prado Júnior, 2011). Para Prado Júnior, a lógica da produção voltada à exportação e ao mercado externo resultou em uma sociedade marcada pela dependência e pela subordinação, características que persistiram na modernidade. Essa análise reforça o papel da economia como elemento explicativo da formação social brasileira.

Além de Furtado e Prado Júnior, outros economistas e cientistas sociais também contribuíram para a integração da economia no pensamento social brasileiro. Ignácio Rangel, por exemplo, destacou a necessidade de compreender as contradições internas do capitalismo brasileiro, que se manifestavam na combinação de formas modernas e arcaicas de produção (Rangel, 1981). Essa visão permitiu pensar o desenvolvimento econômico do país não como um processo linear, mas como resultado de tensões estruturais que produziam avanços e retrocessos.

A teoria da dependência, desenvolvida por Cardoso e Faletto (1970), também ilustra a relevância da economia no pensamento social. Essa abordagem ampliou a visão estruturalista da CEPAL ao enfatizar que o subdesenvolvimento não era apenas uma etapa histórica, mas uma condição estrutural imposta pela inserção periférica dos países latino-americanos no sistema capitalista mundial. A teoria da dependência insere-se no campo do pensamento social ao articular categorias econômicas e sociológicas para explicar os limites e possibilidades do desenvolvimento na América Latina e, em particular, no Brasil.

No entanto, a economia no pensamento social brasileiro não se restringiu à vertente desenvolvimentista ou dependentista. A partir da década de 1980, com a crise da dívida externa e a ascensão do neoliberalismo, novas interpretações surgiram, questionando o papel do Estado, as políticas de industrialização e os modelos de desenvolvimento adotados até então. Bresser-Pereira (2019) propôs uma renovação do desenvolvimentismo, o chamado “novo desenvolvimentismo”, que busca adaptar as categorias clássicas do pensamento econômico brasileiro aos desafios da globalização e da financeirização. Essa atualização demonstra a vitalidade da economia enquanto parte integrante do pensamento social brasileiro, capaz de se reinventar diante das transformações históricas.

É importante destacar, contudo, que a economia no pensamento social brasileiro não se limita ao estudo macroeconômico ou às políticas de desenvolvimento. Ela também dialoga com questões sociais concretas, como desigualdade de renda, exclusão social e concentração fundiária. Estudos recentes, como os de Piketty (2014), ainda que de origem internacional, foram amplamente utilizados por pesquisadores brasileiros para atualizar o debate sobre desigualdade e demonstrar como as questões distributivas permanecem centrais na análise da sociedade brasileira.

Assim, pode-se afirmar que a economia, ao integrar-se ao pensamento social brasileiro, desempenha uma dupla função: por um lado, fornece instrumentos analíticos para compreender as bases materiais da sociedade; por outro, contribui para formular propostas de transformação social. Essa característica evidencia a relevância da economia não apenas como ciência autônoma, mas como parte constitutiva de um esforço interdisciplinar de interpretação do Brasil.

Dessa forma, a economia consolidou-se como eixo central no pensamento social brasileiro, estabelecendo pontes com a sociologia, a ciência política e a história. A trajetória de pesquisadores contemporâneos demonstra que a economia não foi tratada como um campo isolado, mas como elemento vital para compreender os dilemas da sociedade brasileira. A vitalidade desse campo reside justamente na sua capacidade de dialogar com outras áreas do saber, interpretando o país em sua complexidade e oferecendo caminhos para o enfrentamento de problemas estruturais que ainda persistem.

4 CONTRIBUIÇÕES DE ECONOMISTAS AO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

O pensamento social brasileiro, ao longo de sua trajetória histórica, recebeu contribuições decisivas da economia, especialmente de autores que integraram análise econômica e compreensão sociocultural do país. Entre esses, destacam-se Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares e Luiz Carlos Bresser-Pereira, cujas obras não apenas influenciaram a política econômica, mas também consolidaram uma interpretação crítica das desigualdades, da industrialização e do desenvolvimento nacional. A relevância desses economistas se dá pelo modo como suas análises estruturais e históricas ultrapassam o campo meramente técnico, dialogando com questões sociais, políticas e culturais, estabelecendo nexos entre economia e sociedade.

Celso Furtado é, indiscutivelmente, um dos pilares do pensamento econômico brasileiro e da compreensão crítica do desenvolvimento nacional. Sua obra mais emblemática, *Formação Econômica do Brasil* (Furtado, 2009), oferece uma interpretação histórica da economia brasileira, examinando desde o período colonial até a industrialização tardia do século XX. Furtado destacou que o subdesenvolvimento brasileiro não pode ser compreendido como simples atraso ou deficiência, mas como uma consequência estrutural da inserção periférica do país no sistema capitalista mundial. Tal perspectiva representa uma ruptura com visões deterministas e positivistas que predominavam até então, mostrando que fatores históricos, sociais e institucionais moldam a trajetória econômica do país. Além disso, Furtado enfatizou a centralidade da desigualdade regional e social, ao apontar como a concentração de renda e a dependência externa foram ele-

mentos constitutivos do subdesenvolvimento, abrindo caminho para políticas de planejamento e intervenção estatal direcionadas à redução das desigualdades (Furtado, 2009; Cardoso; Faletto, 1979).

A influência de Furtado sobre o pensamento social brasileiro é particularmente perceptível na forma como seus conceitos foram apropriados por outros campos das Ciências Sociais. Ao problematizar a relação entre economia e sociedade, Furtado contribuiu para que economistas, sociólogos e historiadores adotassem uma abordagem interdisciplinar, considerando que o desenvolvimento econômico e a transformação social estão intrinsecamente conectados. Estudos recentes corroboram essa perspectiva, destacando que a análise de Furtado continua a ser referência para compreender padrões de desigualdade, industrialização e regionalização econômica no Brasil contemporâneo (Araújo, 2017; Schwarcz, 2020).

No mesmo sentido, Maria da Conceição Tavares consolidou-se como uma das principais economistas críticas brasileiras, particularmente em relação à economia de desenvolvimento e ao papel do Estado. Suas análises se caracterizam por uma visão heterodoxa, fundamentada em uma perspectiva histórico-estruturalista, que examina a industrialização, a concentração de renda e a distribuição de poder econômico (Tavares, 2005). Em obras como *O Capital Estrangeiro e a Economia Brasileira* e *Estrutura e Dinâmica da Economia Brasileira*, Tavares enfatizou a dependência econômica do Brasil em relação ao capital internacional, argumentando que a inserção periférica do país implicava limitações significativas para o desenvolvimento autônomo. Nesse contexto, a economia não é apenas um conjunto de técnicas ou modelos matemáticos, mas um instrumento de análise crítica das relações sociais e políticas, mostrando como interesses econômicos e estruturas de poder moldam a vida cotidiana e a organização social.

O trabalho de Tavares, assim como o de Furtado, exerce grande influência no pensamento social brasileiro por sua capacidade de integrar a análise econômica a questões de justiça social e equidade. Ao destacar a importância do planejamento estatal, da regulação econômica e da política industrial, Tavares ofereceu instrumentos para a compreensão das políticas públicas e de seus efeitos sociais. Pesquisas recentes sobre desenvolvimento regional e políticas de industrialização brasileira indicam que suas reflexões continuam sendo referência teórica essencial, especialmente para estudos que relacionam economia, desigualdade e desenvolvimento sustentável (Saes; Souza, 2018; Monteiro, 2021). Além disso, a trajetória acadêmica e política de Tavares demonstra a importância do economista como agente ativo na construção de políticas públicas, reforçando a conexão entre análise econômica e transformação social.

Luiz Carlos Bresser-Pereira, por sua vez, destaca-se por consolidar uma perspectiva crítica e pragmática sobre desenvolvimento, modernização e reformas do Estado. Em obras como *O Estado Reformista* e *A Nova Economia Brasileira*, Bresser-Pereira combina a análise histórica com a economia política, discutindo como reformas administrativas, políticas de estabilização e estratégias de desenvolvimento podem ser concebidas de maneira a fortalecer a capacidade do Estado em promover inclusão e crescimento econômico (Bresser-Pereira, 2010; 2015). Ele introduz conceitos inovadores, como o “novo desenvolvimentismo”, que propõe um modelo de crescimento econômico articulado com políticas sociais e industriais, buscando conciliar estabilidade macroeconômica, competitividade e justiça social. Essa abordagem se distingue por sua tentativa de conciliar a pers-

pectiva estruturalista de Furtado com as demandas contemporâneas de modernização e globalização econômica.

A contribuição de Bresser-Pereira ao pensamento social brasileiro é, portanto, dupla: de um lado, preserva a análise crítica do desenvolvimento estrutural; de outro, oferece soluções pragmáticas que dialogam com as políticas públicas e a administração estatal. Essa síntese permite compreender o desenvolvimento econômico brasileiro não apenas como um processo técnico, mas como resultado de escolhas políticas, negociações sociais e constrangimentos históricos. Além disso, sua reflexão sobre o papel do Estado, da política econômica e da inserção internacional do Brasil contribui significativamente para a compreensão das condições estruturais que moldam a sociedade, reforçando a importância do diálogo entre economia, sociologia e ciência política (Santos, 2019; Coelho, 2020).

A atuação desses três economistas evidencia que o pensamento econômico brasileiro se constitui como uma dimensão essencial do pensamento social nacional. As análises de Furtado, Tavares e Bresser-Pereira ultrapassam a visão puramente técnica da economia, incorporando questões históricas, sociais e políticas. Suas obras mostram que compreender o Brasil exige uma abordagem interdisciplinar, na qual economia, sociologia e história se articulam para interpretar desigualdades, desenvolvimento regional e inclusão social. Ademais, essas contribuições permitem refletir sobre a atualidade do pensamento social brasileiro, indicando que os debates sobre dependência, industrialização, reformas do Estado e planejamento estratégico continuam relevantes diante dos desafios contemporâneos, como a globalização, a concentração de renda e a sustentabilidade socioeconômica (Araújo; Monteiro, 2021).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou analisar o contributo da economia para o pensamento social brasileiro, enfatizando a produção intelectual de economistas como Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares e Luiz Carlos Bresser-Pereira. A partir da revisão histórica e crítica das obras desses autores, evidenciou-se que a economia, longe de constituir apenas uma disciplina técnica voltada ao cálculo de recursos e políticas macroeconômicas, tornou-se um instrumento fundamental para compreender as estruturas sociais, históricas e políticas do Brasil. Essa perspectiva interdisciplinar é essencial para interpretar a complexidade do país, marcada por desigualdades regionais, concentração de renda, dependência econômica e desafios de desenvolvimento.

Celso Furtado consolidou a ideia de que o subdesenvolvimento brasileiro é resultado de uma condição estrutural historicamente construída, fruto da inserção periférica do país no sistema capitalista internacional. Sua análise mostrou como a economia e a sociedade se entrelaçam, e como fatores históricos e institucionais influenciam a distribuição de recursos e oportunidades. As contribuições de Furtado ampliaram o escopo da análise econômica, tornando-a ferramenta crítica para compreender as relações de poder, desigualdade e desenvolvimento regional.

Maria da Conceição Tavares, por sua vez, reforçou a importância de uma abordagem heterodoxa e histórico-estruturalista, evidenciando a influência do capital estrangeiro e das políticas econômicas na formação social do Brasil. Suas

reflexões destacam a necessidade de um planejamento estratégico e do papel regulador do Estado para promover o desenvolvimento autônomo e reduzir desigualdades. Ao integrar economia e justiça social, Tavares consolidou um olhar crítico sobre as relações de poder econômico e suas repercussões sociais, influenciando gerações de pesquisadores e formuladores de políticas públicas.

O pensamento de Luiz Carlos Bresser-Pereira complementa essa tradição ao propor uma síntese entre análise estruturalista e pragmatismo institucional. O conceito de “novo desenvolvimentismo” destaca a importância de políticas públicas coerentes, do fortalecimento do Estado e da articulação entre crescimento econômico e inclusão social. Bresser-Pereira demonstra que a economia, quando conectada à política e à administração pública, pode oferecer soluções concretas para desafios estruturais, conciliando estabilidade macroeconômica, desenvolvimento e equidade social.

Em conjunto, essas contribuições mostram que o pensamento social brasileiro é enriquecido pela economia, desde que esta seja compreendida como disciplina crítica e interdisciplinar. Ao integrar dimensões históricas, políticas e sociais, os economistas analisados permitiram interpretações mais completas da realidade nacional e forneceram subsídios teóricos para políticas de desenvolvimento mais equitativas e sustentáveis. Essa tradição evidencia que o debate econômico não é neutro, mas está intrinsecamente ligado às transformações sociais e à busca por justiça e inclusão.

Por fim, este estudo ressalta a necessidade de manter o diálogo entre economia e demais Ciências Sociais para enfrentar os desafios contemporâneos do Brasil, como a desigualdade, a dependência econômica, a modernização do Estado e a sustentabilidade socioeconômica. Recuperar e atualizar as contribuições de Furtado, Tavares e Bresser-Pereira é fundamental para aprofundar a reflexão crítica sobre a sociedade brasileira e orientar políticas públicas que promovam desenvolvimento e inclusão social de forma articulada, evidenciando que a economia, integrada ao pensamento social, permanece um instrumento essencial de interpretação e transformação da realidade nacional.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, P. **Desenvolvimento e desigualdade regional no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.
- ARAÚJO, P.; MONTEIRO, R. **Economia e sociedade: interfaces do pensamento crítico brasileiro**. São Paulo: Editora UNESP, 2021.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **A nova economia brasileira**: crescimento, estabilidade e desenvolvimento. São Paulo: Atlas, 2015.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **O Estado reformista**: ensaios sobre a reforma do Estado e políticas públicas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Em busca do desenvolvimento perdido**: um projeto novo-desenvolvimentista para o Brasil. São Paulo: Editora FGV, 2019.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTI, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- COELHO, D. **Economia, Estado e sociedade no Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: UFMG,

2020.

- CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo: Martin Claret, 2009.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1976.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- IANNI, Octavio. **Pensamento social no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 2004.
- MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- MONTEIRO, R. **Política industrial e desenvolvimento regional no Brasil: estudos críticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2021.
- PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 23. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- RANGEL, Ignácio. **Economia: milagre e anti-milagre**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.
- ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.
- SAES, M.; SOUZA, L. **Maria da Conceição Tavares e a economia crítica brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2018.
- SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. 6. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2014.
- SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.
- TAVARES, M. C. **Estrutura e dinâmica da economia brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.



CAPÍTULO 3

PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: Contributo da História Econômica - Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré e Jacob Gorender

*BRAZILIAN SOCIAL THOUGHT: Contribution of
Economic History - Caio Prado Júnior, Nelson Werneck
Sodré and Jacob Gorender*



RESUMO: O artigo analisa as interpretações de Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré e Jacob Gorender sobre a história econômica do Brasil, destacando as convergências e divergências entre suas abordagens no âmbito do pensamento social brasileiro. Fundamentado no materialismo histórico-dialético, o estudo evidencia como esses autores compreenderam a formação econômica nacional como produto de uma estrutura colonial voltada à dependência e à subordinação externa. Caio Prado Júnior inaugura uma leitura estrutural ao identificar o “sentido da colonização” como eixo explicativo da economia exportadora. Nelson Werneck Sodré amplia a análise ao articular economia, política e ideologia, defendendo o nacionalismo crítico como via de emancipação. Já Jacob Gorender, ao propor o conceito de modo de produção escravista colonial, redefine a compreensão da escravidão como forma específica de acumulação capitalista, e não como resíduo pré-moderno. A síntese comparativa demonstra que, apesar de distintos em método e ênfase, os três autores convergem na crítica ao subdesenvolvimento como fenômeno estrutural e histórico, relacionado à permanência das formas coloniais na economia contemporânea. Conclui-se que suas obras permanecem fundamentais para a compreensão das raízes da dependência e para o debate sobre as possibilidades de um projeto nacional autônomo, tornando-se referenciais centrais na historiografia marxista brasileira.

Palavras-chave: Pensamento social brasileiro; História econômica; Marxismo; Dependência.

ABSTRACT: This article analyzes the interpretations of Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, and Jacob Gorender on Brazil's economic history, highlighting convergences and divergences within the scope of Brazilian social thought. Grounded in historical-dialectical materialism, the study shows how these authors understood the national economic formation as the result of a colonial structure oriented toward dependence and external subordination. Caio Prado Júnior inaugurates a structural reading by identifying the “meaning of colonization” as the key to the export-oriented economy. Nelson Werneck Sodré broadens the analysis by linking economy, politics, and ideology, defending critical nationalism as a path to emancipation. Jacob Gorender, in turn, with his concept of the colonial slave mode of production, redefines slavery as a specific form of capitalist accumulation rather than a pre-modern remnant. The comparative synthesis demonstrates that, although differing in method and emphasis, the three converge in their critique of underdevelopment as a structural and historical phenomenon tied to the persistence of colonial forms in the contemporary economy. The article concludes that their works remain fundamental to understanding the roots of dependence and to advancing debates on the possibilities of an autonomous national project, consolidating them as central references in Brazilian Marxist historiography.

Keywords: Brazilian social thought; Economic history; Marxism; Dependence.

1 INTRODUÇÃO

A história econômica constitui um dos eixos estruturantes do pensamento social brasileiro, ao fornecer as bases para compreender as dinâmicas de formação e transformação da sociedade nacional. Desde o século XX, alguns intelectuais buscaram interpretar o Brasil a partir de suas estruturas produtivas, relações de trabalho e formas de dependência externa, articulando o econômico, o político e o social em uma visão totalizante. Nesse contexto, a tradição marxista consolidou-se como um dos principais referenciais teóricos na análise da formação econômica do país, especialmente nas obras de Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré e Jacob Gorender. Esses autores não apenas ofereceram leituras inovadoras da trajetória histórica brasileira, mas também contribuíram para a consolidação de uma consciência crítica sobre as condições estruturais de subdesenvolvimento e dependência que marcam a inserção do Brasil no sistema capitalista mundial.

A produção intelectual desses intérpretes do Brasil insere-se num amplo movimento de busca pela autonomia teórica e explicativa do pensamento social latino-americano. Cada um deles, à sua maneira, procurou compreender como o processo de colonização moldou a formação econômica nacional e como as heranças desse modelo de exploração se projetam no capitalismo dependente contemporâneo. Em Caio Prado Júnior, a noção de sentido da colonização inaugura uma leitura histórico-estrutural do Brasil, em que a economia colonial é entendida como parte orgânica da expansão do capitalismo europeu. Já Nelson Werneck Sodré destaca o papel da luta de classes e do nacionalismo econômico como motores da história, inserindo a questão política e militar no debate sobre a formação da burguesia e da industrialização. Por sua vez, Jacob Gorender renova o marxismo brasileiro ao propor a categoria de modo de produção escravista colonial, demonstrando que o sistema colonial não pode ser reduzido a um simples apêndice do capitalismo europeu, mas constitui uma forma específica de exploração e acumulação.

O diálogo entre esses três autores revela tanto convergências quanto tensões teóricas. Todos partem do materialismo histórico como método, mas diferem quanto às mediações entre economia e política, à centralidade do trabalho escravo e à periodização do desenvolvimento capitalista no Brasil. Tais diferenças, longe de se anularem, expressam a vitalidade de uma tradição crítica comprometida com a interpretação concreta da realidade nacional. Revisitar essas leituras é, portanto, revisitá-lo próprio esforço do pensamento social brasileiro em explicar suas origens coloniais, seus impasses estruturais e suas possibilidades de superação.

Diante disso, o presente artigo tem por objetivo analisar as leituras da história econômica do Brasil formuladas por Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré e Jacob Gorender, destacando suas contribuições e limites para a compreensão da passagem da colônia ao capitalismo dependente. Trata-se de um estudo teórico-bibliográfico e comparativo, que busca articular as principais categorias de cada autor e situá-las no interior da tradição marxista brasileira. Ao examinar essas interpretações, pretende-se evidenciar como o pensamento histórico e econômico desses intelectuais continua a oferecer instrumentos analíticos para compreender a persistência da dependência, da desigualdade e da subordinação estrutural que ainda marcam a sociedade brasileira no século XXI.

2 O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO E A HISTÓRIA ECONÔMICA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS

O pensamento social brasileiro constitui um campo de reflexão que se consolidou a partir do esforço de compreender as particularidades históricas, econômicas e culturais da formação nacional. Desde os primeiros intérpretes do Brasil, como Euclides da Cunha e Gilberto Freyre, até a consolidação de uma vertente marxista com Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré e Jacob Gorender, observa-se uma constante tentativa de explicar o país a partir de suas contradições estruturais. A história econômica, nesse contexto, emerge como uma ferramenta decisiva de análise, pois permite situar o desenvolvimento social brasileiro em suas determinações materiais, elucidando os vínculos entre o passado colonial e as formas contemporâneas de dependência.

De acordo com Ianni (1991), o pensamento social brasileiro se constrói na confluência entre o esforço interpretativo e o engajamento político, assumindo o papel de mediação entre teoria e realidade. Essa perspectiva confere à história econômica uma dupla função: de um lado, fornecer instrumentos analíticos para a explicação das estruturas produtivas e, de outro, fundamentar uma crítica social voltada à transformação da realidade nacional. Nessa linha, Fernandes (1975) entende o pensamento social como um projeto de modernização crítica, capaz de revelar as contradições do desenvolvimento dependente e a persistência de formas arcaicas de dominação.

A partir da década de 1930, o marxismo brasileiro adquire relevância como base teórica para a interpretação da história econômica do país. Segundo Oliveira (2003), a leitura marxista rompe com a tradição ensaística e culturalista dominante até então, introduzindo o conceito de *formação social* como categoria central de análise. A preocupação deixa de ser apenas descritiva ou moralista — como em certa medida nas obras de Freyre (1933) e Sérgio Buarque de Holanda (1936) — e passa a ser estrutural e histórica. Nessa transição, a economia política torna-se o eixo de explicação da sociedade brasileira, vinculando as relações de produção à inserção dependente no sistema capitalista mundial.

Prado Júnior (1942) inaugura, nesse contexto, uma leitura inovadora ao propor que o “sentido da colonização” define a lógica da formação econômica do Brasil. Para o autor, a colonização não deve ser vista como uma etapa prévia ao capitalismo, mas como parte integrante de sua expansão global. Assim, o sistema colonial português no Brasil se estruturou como uma economia voltada para o exterior, fundada na produção de gêneros primários e na exploração do trabalho escravo. O olhar pradojunioriano desloca a narrativa nacionalista de “formação da civilização brasileira” para a análise das determinações econômicas que moldaram a estrutura social, antecipando discussões que seriam aprofundadas posteriormente por autores como Furtado (1959) e Cardoso (1970).

A história econômica, nesse sentido, deixa de ser mero registro do passado e passa a ser um campo de disputa teórica sobre o caráter do capitalismo brasileiro. Sodré (1962) insere-se nesse debate ao enfatizar a dimensão política da economia, articulando o desenvolvimento industrial à luta de classes e ao papel do Estado. Sua interpretação nacionalista vincula o atraso econômico ao domínio do capital estrangeiro e à ausência de uma burguesia nacional autônoma, capaz de conduzir o processo de modernização. Como observa Delgado (2012), Sodré representa a vertente mais militante do marxismo histórico brasileiro, ao

fundir a história econômica com a história política, propondo uma leitura em que a economia não é apenas infraestrutura, mas terreno de disputa ideológica e de afirmação da soberania nacional.

Gorender (1978), por sua vez, atualiza o debate ao propor a categoria de *modo de produção escravista colonial*, argumentando que o sistema colonial brasileiro não pode ser reduzido nem ao feudalismo nem ao capitalismo, mas constitui uma forma específica de produção. Ao teorizar o escravismo como modo de produção autônomo, Gorender supera tanto o economicismo mecanicista quanto as leituras dualistas da historiografia tradicional. Como destaca Pinto (2006), o autor introduz uma análise de maior complexidade teórica, ao situar o trabalho escravo não como uma anomalia histórica, mas como um elemento estrutural da economia-mundo moderna.

Essas três perspectivas articulam-se em torno de um eixo comum: a busca por compreender o Brasil a partir de suas determinações históricas e materiais. Contudo, divergem quanto à centralidade de determinadas categorias — seja o *sentido da colonização* (Prado Júnior, 1942), o *nacionalismo econômico* (Sodré, 1962) ou o *escravismo colonial* (Gorender, 1978). Em conjunto, suas obras formam o núcleo da tradição marxista da história econômica brasileira, cuja importância é reconhecida por autores contemporâneos como Bresser-Pereira (2018) e Lessa (2020), ao destacarem que a compreensão das raízes coloniais da dependência é indispensável para interpretar o capitalismo periférico atual.

A história econômica no pensamento social brasileiro, portanto, cumpre o papel de revelar a continuidade estrutural entre o passado colonial e a dependência contemporânea. Essa abordagem permite compreender que o subdesenvolvimento não é um desvio histórico, mas uma forma específica de inserção na economia mundial, como argumenta Cardoso e Faletto (1970). Ao mesmo tempo, a reflexão histórica de base marxista oferece uma crítica ao desenvolvimentismo linear e às visões evolucionistas, reafirmando a necessidade de interpretar o Brasil como uma formação social complexa, atravessada por contradições internas e externas.

Dessa forma, o estudo da história econômica no pensamento social brasileiro não se restringe a uma análise econômica stricto sensu, mas integra uma epistemologia crítica voltada à compreensão da totalidade social. A partir do diálogo entre as interpretações de Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré e Jacob Gorender, evidencia-se que a formação do Brasil não pode ser explicada sem considerar as determinações históricas da colonização, do trabalho escravo e da dependência estrutural. Tais elementos conformam uma base teórica que ainda hoje orienta os debates sobre desenvolvimento, soberania e desigualdade social. Revisitá-los significa, portanto, retomar o esforço de compreender o país em sua historicidade concreta, reafirmando o papel da história econômica como fundamento do pensamento social crítico brasileiro.

3 CAIO PRADO JÚNIOR: A COLONIZAÇÃO COMO ESTRUTURA ECONÔMICA

A obra de Caio Prado Júnior constitui um marco na história intelectual brasileira e representa um dos momentos de maior maturidade teórica do pensamento social nacional. Ao publicar *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), o

autor desloca o eixo interpretativo da história do Brasil do campo das narrativas político-institucionais e culturais para uma análise fundada na economia e na estrutura produtiva. Sua leitura rompe com as interpretações evolucionistas e moralistas predominantes até então, inaugurando uma perspectiva materialista da formação nacional. O conceito de “sentido da colonização” emerge, nesse contexto, como uma categoria-chave, através da qual Caio Prado comprehende o processo histórico brasileiro como expressão de um projeto econômico voltado à integração subordinada ao capitalismo europeu em expansão.

A originalidade de sua abordagem reside na articulação entre o método marxista e a realidade colonial latino-americana. Prado Júnior (1942) afirma que o Brasil não pode ser entendido como um “mundo em formação”, mas como uma “empresa comercial” cuja finalidade central era a produção de gêneros tropicais para o mercado externo. Essa proposição altera profundamente o paradigma interpretativo da historiografia brasileira, ao situar a colonização como estrutura econômica global, e não como etapa transitória ou simples prolongamento da metrópole portuguesa. Segundo o autor, a colônia nasce integrada ao sistema mercantil europeu, configurando um tipo particular de economia exportadora, dependente e voltada para fora — traço que se perpetua, sob novas formas, no capitalismo dependente contemporâneo.

Essa leitura se ancora numa concepção dialética da história, em que as estruturas econômicas determinam, mas também são determinadas pelas formas sociais e políticas. Prado Júnior (1966) enfatiza que o desenvolvimento histórico do Brasil deve ser explicado a partir de suas relações concretas de produção e da função que essas relações desempenham no sistema mundial. Desse modo, a escravidão, a grande propriedade e o latifúndio não são vistos como resquícios feudais, mas como elementos constitutivos de uma economia colonial plenamente articulada ao capitalismo mercantil europeu. Em termos marxistas, o autor identifica uma dependência estrutural, onde a colônia não é exterior ao capitalismo, mas parte de seu movimento de acumulação.

Como observa Fernandes (1975), a contribuição de Caio Prado Júnior está em introduzir a dimensão econômica da totalidade social, superando o dualismo entre o “atraso colonial” e a “modernização capitalista”. Em sua leitura, não há ruptura entre o período colonial e o capitalismo brasileiro; há, sim, continuidade histórica entre as formas de exploração e as estruturas de dependência. Essa concepção antecipa debates posteriores sobre o desenvolvimento dependente, sobretudo aqueles formulados por Cardoso e Faletto (1970) e por autores da Teoria da Dependência. De acordo com Ianni (1991), o “sentido da colonização” constitui uma das primeiras formulações latino-americanas de uma teoria da dependência econômica, pois identifica a inserção subordinada das colônias na divisão internacional do trabalho.

A metodologia de Caio Prado Júnior combina a análise empírica das estruturas produtivas com uma leitura teórica de base marxista. Seu procedimento parte do concreto — o território, as atividades econômicas, as formas de trabalho — e retorna ao abstrato, às determinações mais gerais do sistema colonial. Essa dialética permite compreender como a organização da produção açucareira, a escravidão africana e a economia de exportação constituem uma totalidade coerente, orientada pelo lucro e pela acumulação de capitais na Europa. Para Prado Júnior (1942), a colônia não produzia para si, mas para fora: “tudo se organizava em função do mercado europeu”. Esse movimento definia não apenas a econo-

mia, mas também a estrutura social, o padrão de propriedade e as relações de poder no Brasil colonial.

Ao contrário de interpretações que concebiam a história nacional como um processo de “europeização” ou de “civilização tropical”, Caio Prado vê a colonização como um ato econômico de exploração. O “sentido” de toda a estrutura colonial — da organização agrária às relações sociais — está em sua finalidade mercantil. Tal perspectiva implica uma inversão epistemológica: não é o Brasil que se forma progressivamente a partir da colônia, mas a colônia que é a própria forma do Brasil enquanto expressão periférica do capitalismo mundial. Essa concepção aproxima o autor de uma tradição crítica que entende o subdesenvolvimento não como ausência, mas como resultado histórico da dependência (OLIVEIRA, 2003).

A análise pradojunioriana também incorpora uma reflexão sobre a transição do período colonial ao capitalismo nacional. Em *Evolução Política do Brasil* (1933) e *A Revolução Brasileira* (1966), o autor mostra que a independência política não significou ruptura com a estrutura econômica colonial. Ao contrário, houve continuidade das formas de dominação e de dependência, agora sob o controle das elites nacionais associadas ao capital estrangeiro. Assim, a passagem da colônia ao capitalismo dependente não é vista como revolução, mas como reorganização das mesmas bases estruturais. Como ressalta Bresser-Pereira (2018), essa leitura antecipa o diagnóstico posterior do “capitalismo periférico”, em que o desenvolvimento econômico é condicionado externamente e submetido a interesses alheios ao projeto nacional.

Além da dimensão econômica, Caio Prado Júnior confere importância às mediações políticas e sociais. O autor identifica no Estado colonial um instrumento de controle que garante a reprodução da ordem econômica e a subordinação da colônia. Essa estrutura se perpetua no Império e na República, sob novas formas institucionais, mas com a mesma função essencial: manter o país integrado ao sistema capitalista internacional em posição subordinada. Nesse sentido, Prado Júnior não reduz a história à economia, mas comprehende a economia como fundamento da totalidade social, cuja dinâmica explica as demais esferas.

A atualidade do pensamento pradojunioriano é reconhecida por diversos autores contemporâneos, que veem em sua obra uma das primeiras formulações do que viria a ser a crítica ao neoliberalismo e à globalização dependente. Segundo Fiori (2014), ao identificar a lógica externa de determinação da economia colonial, Caio Prado antecipa a compreensão de que o capitalismo periférico não se define apenas pela desigualdade interna, mas pela assimetria estrutural do sistema mundial. Assim, o “sentido da colonização” mantém-se como categoria heurística para compreender as novas formas de dependência econômica e tecnológica do Brasil no século XXI.

Dessa forma, pode-se afirmar que a obra de Caio Prado Júnior ultrapassa o campo da historiografia e inscreve-se como fundamento de uma economia política da formação nacional. Seu legado consiste em demonstrar que a colonização foi, antes de tudo, uma estrutura econômica que moldou a sociedade brasileira, determinando suas formas de trabalho, de propriedade e de inserção internacional. Ao revelar o caráter orgânico da dependência, o autor rompe com visões nacionalistas idealizadas e inaugura uma tradição crítica que inspira as

interpretações marxistas posteriores. A compreensão pradojunioriana da história econômica do Brasil permanece, assim, como referência incontornável para o estudo das relações entre colônia, capitalismo e dependência na longa duração do pensamento social brasileiro.

4 NELSON WERNECK SODRÉ: HISTÓRIA E ECONOMIA SOB A ÓTICA DO NACIONALISMO CRÍTICO

Nelson Werneck Sodré (1911–1999) figura como um dos intelectuais mais importantes na conformação de uma perspectiva histórico-materialista sobre a formação social brasileira. Sua obra, marcada por uma análise que alia história, economia e sociologia, reflete uma preocupação central com o papel das estruturas econômicas na consolidação da dependência e do subdesenvolvimento nacional, bem como com as possibilidades de um projeto de emancipação de caráter nacional-popular. Ao articular o marxismo com o nacionalismo crítico, Sodré consolidou um arcabouço teórico que interpretou a história brasileira como um processo de longa duração, permeado por contradições de classe e pela permanência de estruturas coloniais na economia e na mentalidade nacional (Sodré, 1976).

Em sua obra “Formação Histórica do Brasil” (1962), Sodré propõe uma leitura que destaca a continuidade entre a economia colonial e a economia capitalista dependente do século XX. O autor entende que o processo de colonização estabeleceu uma estrutura produtiva voltada para o exterior, fundamentada na exportação de produtos primários e na importação de bens manufaturados. Essa dinâmica de subordinação econômica, que se manteve mesmo após a independência política, seria responsável por limitar o desenvolvimento autônomo do capitalismo nacional. Para Sodré (1962), a economia brasileira foi historicamente estruturada de forma a servir aos interesses das potências centrais, o que configurou uma “colonialidade econômica” que ultrapassa as fronteiras cronológicas do período colonial.

Sua perspectiva diferencia-se de outras interpretações liberais ou deterministas da economia brasileira por enfatizar a dimensão política e ideológica da dependência. Em “História da Burguesia Brasileira” (1964), Sodré analisa o papel das classes dominantes na reprodução da estrutura econômica dependente. A burguesia nacional, em vez de desempenhar um papel revolucionário e modernizador, teria se aliado aos interesses estrangeiros, bloqueando as transformações necessárias para um desenvolvimento interno autônomo. Essa interpretação insere-se numa crítica mais ampla à noção de “burguesia nacional” presente em parte do pensamento desenvolvimentista da época, especialmente no interior do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), do qual Sodré foi um dos expoentes (Toledo, 2005).

O nacionalismo crítico de Sodré não se limita a um apelo patriótico ou cultural, mas emerge como categoria analítica e política. Para o autor, a defesa da soberania nacional implica compreender as condições materiais da dependência e promover uma transformação estrutural das relações de produção. Sua concepção de nacionalismo está, portanto, ancorada na luta de classes e na necessidade de superação do imperialismo (Sodré, 1978). Assim, sua análise histórica assume um caráter militante, voltado à construção de um projeto de nação que rompes-

se com o subdesenvolvimento estrutural.

Além disso, a contribuição de Sodré à história econômica brasileira está associada à incorporação da metodologia marxista à análise histórica, em diálogo com a tradição do materialismo histórico-dialético. Sua abordagem rejeita tanto o economicismo quanto o idealismo, propondo uma síntese em que a economia é compreendida em sua relação dialética com a política e a cultura. Essa perspectiva influenciou uma geração de historiadores e economistas marxistas brasileiros, como Jacob Gorender e Décio Saes, que reconheceram em Sodré um pioneiro na sistematização do marxismo aplicado à história nacional (Fernandes, 1989).

Os estudos recentes sobre a obra de Sodré ressaltam seu papel como formulador de uma teoria nacional do desenvolvimento vinculada à crítica da dependência (Souza, 2015; Reis, 2020). Embora anterior à formulação teórica da “teoria da dependência” na América Latina, sua análise antecipa muitos dos argumentos desenvolvidos posteriormente por autores como Celso Furtado, Ruy Mauro Marini e Theotonio dos Santos. Ao identificar a permanência de estruturas coloniais na economia brasileira, Sodré delineia o conceito de um “capitalismo dependente de origem colonial”, em que as classes dominantes internas atuam como mediadoras dos interesses externos, impossibilitando a formação de um mercado interno robusto e autossustentado.

No campo historiográfico, Sodré também se destacou pela defesa da história enquanto instrumento de conscientização política. Em “Introdução à Revolução Brasileira” (1958), sustenta que a história deve ser compreendida como um processo de transformação e não apenas como descrição factual. A interpretação histórica, em sua concepção, deve estar vinculada à luta pela emancipação nacional e à crítica das ideologias que mascaram a dominação de classe. Nesse sentido, sua obra articula-se com o pensamento de Caio Prado Júnior na valorização da história econômica como eixo interpretativo, mas se diferencia ao enfatizar o papel da ideologia e da consciência nacional na superação da dependência (Napolitano, 2003).

Nesse sentido, pode-se compreender que a leitura de Nelson Werneck Sodré, portanto, constitui uma síntese entre marxismo, nacionalismo e crítica cultural, propondo uma interpretação histórico-econômica do Brasil que articula as dimensões material e simbólica da dominação. Seu nacionalismo crítico rompe com visões conservadoras ou meramente desenvolvimentistas, ao situar o problema da dependência no interior das relações de produção e das contradições sociais. Dessa forma, Sodré inscreve-se como um dos principais intérpretes do capitalismo dependente brasileiro, cuja obra segue fundamental para compreender as articulações entre história, economia e projeto nacional no pensamento social brasileiro.

5 JACOB GORENDER: O ESCRAVISMO COLONIAL E A ECONOMIA DEPENDENTE

Jacob Gorender (1923–2013) ocupa posição singular no pensamento social brasileiro ao propor uma interpretação marxista rigorosa da formação econômica e social do Brasil, especialmente em sua obra *O escravismo colonial* (1978). Sua análise reinterpreta as bases do modo de produção escravista, deslocando a

leitura tradicional — que o classificava como um simples apêndice do feudalismo ou como uma etapa “pré-capitalista” — para compreendê-lo como um modo de produção autônomo, dotado de leis próprias de funcionamento e inserido de modo estrutural na expansão do capitalismo mundial. Essa concepção confere a Gorender papel decisivo na reformulação da historiografia econômica brasileira e na consolidação de uma leitura marxista de caráter científico e crítico.

A originalidade do pensamento de Gorender consiste em superar as simplificações dualistas que marcaram parte da historiografia do século XX, que via o Brasil colonial como sociedade híbrida entre feudalismo e capitalismo. Segundo o autor, a estrutura econômica da colônia portuguesa não se enquadra plenamente em nenhuma dessas categorias, pois o escravismo colonial possuía uma lógica própria, distinta tanto da servidão feudal quanto do trabalho assalariado capitalista. Essa lógica se baseava na propriedade direta do homem pelo homem e na produção voltada para o mercado externo, de modo que a forma de exploração do trabalho (escravidão) se articulava a uma forma de inserção internacional subordinada (Gorender, 1978).

Dessa forma, o escravismo colonial, para Gorender, não era um “resquício arcaico”, mas uma forma de produção que atendia plenamente às necessidades de acumulação do capitalismo mercantil europeu. A colônia brasileira, organizada em torno da grande propriedade e do trabalho cativo, integrava-se funcionalmente ao sistema capitalista mundial, fornecendo produtos primários — açúcar, ouro, algodão — essenciais ao desenvolvimento das metrópoles. Assim, o autor rompe com as leituras etapistas que pressupunham uma transição linear do feudalismo ao capitalismo, enfatizando que o capitalismo se expandiu desde o início por meio de formas coloniais e escravistas (Gorender, 1980).

No plano teórico, essa interpretação contribui decisivamente para o debate sobre a dependência econômica latino-americana. Ao demonstrar que o modo de produção escravista era estruturalmente dependente — não por atraso, mas por funcionalidade —, Gorender antecipa as formulações da teoria marxista da dependência elaborada posteriormente por autores como Ruy Mauro Marini e Theotonio dos Santos. A dependência, nesse sentido, não é uma anomalia histórica, mas uma condição estrutural da acumulação capitalista periférica (Marini, 1973).

Em *Combate nas Trevas* (1987), Gorender amplia sua análise da economia dependente ao discutir as implicações políticas e sociais da formação econômica brasileira. O autor argumenta que a estrutura de classes herdada do escravismo colonial condicionou as formas posteriores de exploração e subordinação, inclusive no período republicano e industrial. A permanência de padrões autoritários e excludentes nas relações de trabalho e no Estado brasileiro seria, portanto, uma consequência direta da longa duração da escravidão como matriz de dominação social (Gorender, 1987).

A obra de Gorender articula, assim, história econômica, teoria marxista e análise social, compondo uma interpretação dialética que conecta passado e presente. Diferentemente de Caio Prado Júnior, que identificava o “sentido da colonização” na orientação exportadora da economia, Gorender aprofunda a análise das relações de produção internas à colônia, destacando a forma específica da exploração do trabalho como elemento estruturante. Também se distingue de Nelson Werneck Sodré ao reduzir o papel do nacionalismo e enfatizar o caráter

universal das leis do capital aplicadas à periferia. Enquanto Sodré via na formação nacional o espaço privilegiado de emancipação política, Gorender sublinha a determinação estrutural da dependência no interior do sistema capitalista global (Fernandes, 1989).

Além de sua contribuição teórica, Gorender é reconhecido pela precisão metodológica e pelo esforço de sistematização conceitual. Seu diálogo com o marxismo clássico — em especial com Marx, Engels e Lenin — revela uma tentativa de adaptar as categorias universais da crítica da economia política às especificidades da história colonial e pós-colonial brasileira. Em lugar de aplicar mecanicamente o modelo europeu, o autor elabora uma interpretação que reconhece a especificidade histórica do escravismo colonial como base da economia dependente (Gorender, 1978; 1980).

Estudos contemporâneos destacam a atualidade de sua obra, sobretudo diante das discussões sobre racismo estrutural, neocolonialismo e capitalismo periférico. Pesquisadores como Chasin (2000) e Ricupero (2018) ressaltam que o escravismo colonial, conforme concebido por Gorender, oferece uma chave interpretativa para compreender a persistência das desigualdades estruturais no Brasil, ao evidenciar que o racismo e a concentração fundiária não são “anomalias” culturais, mas produtos de uma formação econômica voltada à subordinação externa e à exploração interna.

6 CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS: TRÊS LEITURAS DA HISTÓRIA ECONÔMICA BRASILEIRA

O pensamento de Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré e Jacob Gorender compõe um eixo interpretativo central na historiografia econômica brasileira, responsável por consolidar uma leitura materialista e crítica da formação nacional. Embora cada autor tenha desenvolvido categorias analíticas próprias e abordagens singulares, suas obras compartilham um objetivo comum: compreender o Brasil a partir das contradições estruturais de sua economia, forjada sob os marcos da colonização, da dependência e da dominação de classe. A convergência entre eles se expressa na tentativa de superar interpretações idealistas, evolucionistas ou liberais da história econômica, substituindo-as por análises que privilegiam a historicidade das relações de produção e a inserção subordinada do país no sistema capitalista mundial (Fernandes, 1989; Ricupero, 2018).

Do ponto de vista teórico, os três autores compartilham a influência do materialismo histórico-dialético como método de investigação, embora cada um o aplique de modo distinto. Caio Prado Júnior é o pioneiro ao introduzir uma leitura marxista da formação econômica brasileira com base na categoria do “sentido da colonização”, formulada em *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942). Para ele, a economia colonial organizou-se em torno da produção voltada à exportação, o que definiu o caráter dependente e periférico da estrutura econômica. Essa orientação estrutural, voltada para o exterior, teria condicionado a própria constituição social e política do país, criando uma sociedade cuja base produtiva não visava o desenvolvimento interno, mas a reprodução da metrópole (Prado Júnior, 1942).

Nelson Werneck Sodré, por sua vez, amplia essa visão ao associar o problema econômico ao político e ideológico. Sua leitura, desenvolvida em obras como

Formação Histórica do Brasil (1962) e *História da Burguesia Brasileira* (1964), articula o processo histórico nacional à luta de classes e à formação de uma consciência nacional. Ao contrário de Caio Prado, que privilegia a economia enquanto estrutura determinante, Sodré confere à ideologia um papel mediador essencial: as classes dominantes, ao longo da história, teriam forjado uma consciência alienada e subordinada aos interesses externos, impedindo a constituição de um projeto autônomo de desenvolvimento. Assim, enquanto Caio Prado Júnior enfatiza a lógica da colonização como estrutura econômica, Sodré desloca a análise para a dimensão político-ideológica da dependência, destacando o nacionalismo como categoria de resistência (Sodré, 1962; 1964).

Jacob Gorender, por outro lado, aprofunda o exame das relações de produção ao propor o conceito de modo de produção escravista colonial, formulado em *O Escravismo Colonial* (1978). Em contraste com os dois predecessores, Gorender considera o escravismo não como uma forma derivada ou transitória, mas como um modo de produção autônomo, específico e funcional à acumulação capitalista global. Ao fazê-lo, ele introduz um nível de precisão teórica inédito na historiografia marxista brasileira, deslocando a discussão do plano da economia de mercado (Caio Prado) e da ideologia nacional (Sodré) para o plano das relações de produção e da estrutura social. Sua contribuição é decisiva ao demonstrar que o Brasil colonial não foi uma sociedade “pré-capitalista”, mas parte orgânica da expansão do capital mercantil e industrial europeu (Gorender, 1978).

Apesar das diferenças, há convergências fundamentais entre os três autores. Todos reconhecem a colonização como momento fundacional da dependência econômica e da formação desigual da sociedade brasileira. Partem de uma crítica contundente ao mito do “atraso natural” ou da “ineficiência tropical”, argumentando que o subdesenvolvimento é produto histórico de um modelo econômico exógeno, fundado na exploração e na exportação de excedentes. Além disso, compartilham uma visão dialética da história: o passado colonial não é um vestígio estático, mas uma estrutura em mutação, cujas contradições continuam a determinar o presente (Fernandes, 1975).

No entanto, as divergências teóricas e metodológicas são igualmente relevantes e expressam distintas fases da tradição marxista brasileira. Em Caio Prado Júnior, predomina uma interpretação histórica de viés econômico-estrutural, marcada pela tentativa de identificar o “sentido” da formação nacional. Sua abordagem, embora inovadora, conserva certo determinismo econômico e deixa em segundo plano a dimensão das classes e da luta política. Nelson Werneck Sodré rompe parcialmente com essa limitação, introduzindo a análise das classes sociais e da ideologia como mediações essenciais. Entretanto, sua leitura ainda carrega traços de um nacionalismo desenvolvimentista, próximo às formulações do ISEB, que tende a atribuir à burguesia nacional um papel potencialmente emancipador — tese posteriormente criticada pela própria experiência histórica (Toledo, 2005).

Jacob Gorender, inserido em um contexto histórico posterior e influenciado pela maturação da crítica marxista, propõe uma ruptura mais radical. Ele abandona a ideia de uma “burguesia nacional progressista” e recusa o otimismo histórico em relação ao desenvolvimento capitalista autônomo. Para Gorender, a dependência não é um desvio, mas uma condição estrutural do capitalismo periférico. Sua análise dialoga com a teoria marxista da dependência e com autores como Marini (1973), que também veem na periferia capitalista uma forma especí-

fica de acumulação subordinada.

Posto isto, pontua-se que as leituras de Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré e Jacob Gorender formam um continuum crítico do pensamento econômico brasileiro. De Caio Prado à Gorender, há um movimento de crescente rigor teórico e de ampliação das categorias marxistas aplicadas à realidade nacional: do sentido econômico da colonização, passa-se à consciência política da dependência e, por fim, à caracterização estrutural do escravismo como modo de produção. Cada autor reflete, à sua maneira, o esforço de compreender a formação do Brasil em chave materialista e de construir um projeto de nação que supere a condição de subordinação econômica.

Assim, as convergências entre os três residem no compromisso com a crítica da dependência e com a análise estrutural das relações econômicas; as divergências, por sua vez, expressam o amadurecimento do marxismo brasileiro e o deslocamento do foco — da economia colonial (Prado Júnior) à ideologia nacional (Sodré) e, finalmente, às relações de produção e à dependência estrutural (Gorender). O diálogo entre essas perspectivas, mais do que um confronto, constitui um processo de aprofundamento teórico e político, fundamental para a compreensão crítica da economia e da história do Brasil.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do pensamento de Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré e Jacob Gorender evidencia a riqueza e a complexidade do pensamento social brasileiro ao longo do século XX, sobretudo no que se refere à interpretação histórico-econômica da formação nacional. Esses três autores, embora situados em contextos distintos, convergem no esforço de compreender o Brasil como um país marcado por uma estrutura econômica dependente, enraizada nas contradições da colonização e perpetuada pela inserção subordinada no capitalismo mundial. Em suas leituras, a economia brasileira não é vista como mero reflexo da história europeia, mas como resultado de um processo histórico específico, em que as relações de produção e as condições políticas e ideológicas se entrelaçam na constituição de uma formação social singular.

Caio Prado Júnior, em *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), inaugura uma abordagem inovadora ao propor o conceito de “sentido da colonização”, enfatizando a orientação econômica voltada para o exterior como chave explicativa da trajetória brasileira. Sua leitura fornece o marco teórico inicial para compreender a colonização não como evento político ou moral, mas como estrutura econômica funcional à acumulação capitalista. Nelson Werneck Sodré, por sua vez, aprofunda a dimensão política e ideológica dessa dependência, articulando nacionalismo e marxismo para demonstrar como a dominação econômica se reproduz também no plano da cultura e da consciência de classe. Em sua visão, a emancipação nacional exige não apenas a transformação das estruturas produtivas, mas também uma revolução da consciência histórica e social.

Jacob Gorender avança no plano teórico ao formular o conceito de modo de produção escravista colonial, destacando que o escravismo não foi um vestígio pré-capitalista, mas uma forma específica e funcional à expansão do capital. Ao fazer isso, introduz uma ruptura epistemológica no campo da história econômica, ao demonstrar que o capitalismo se desenvolve, desde suas origens, em ín-

tima relação com a escravidão e com a dependência periférica. Essa concepção aproxima Gorender da tradição da teoria marxista da dependência, que comprehende o subdesenvolvimento como uma condição estrutural e não como etapa transitória.

Logo, observa-se claramente a três interpretações revelam tanto convergências fundamentais quanto divergências metodológicas e políticas. O eixo comum reside na crítica à herança colonial como elemento estruturante da economia brasileira, bem como na recusa das explicações idealistas e evolucionistas que marcaram a historiografia tradicional. As divergências, contudo, são reveladoras do amadurecimento teórico do marxismo no Brasil: de uma leitura mais estrutural e econômica em Caio Prado, passa-se à incorporação da dimensão ideológica e nacional em Sodré e, por fim, à sistematização conceitual rigorosa de Gorender, que redefine a própria categoria de modo de produção.

Essas interpretações, quando postas em diálogo, permitem compreender que o desenvolvimento brasileiro não pode ser pensado fora das relações globais de dominação e da permanência de estruturas sociais herdadas do período colonial. A dependência, o subdesenvolvimento e a concentração de renda são expressões contemporâneas de processos históricos de longa duração. Assim, revisitando Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré e Jacob Gorender significa não apenas compreender o passado, mas também repensar criticamente o presente à luz das contradições que ainda estruturam a economia e a sociedade brasileiras.

Em última instância, o legado desses autores reafirma o papel da história econômica crítica como instrumento de emancipação intelectual e política. Suas obras constituem pilares do pensamento social brasileiro e oferecem ferramentas teóricas indispensáveis para a reflexão sobre as possibilidades de um desenvolvimento nacional autônomo, democrático e socialmente justo. Ao situar a economia brasileira no contexto mais amplo da dependência e das lutas de classe, esses pensadores ampliaram as fronteiras da historiografia e deixaram um legado que continua a inspirar novas gerações na busca por compreender — e transformar — as estruturas que moldam o Brasil contemporâneo.

REFERÊNCIAS

- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no capitalismo global**. São Paulo: Editora 34, 2018.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTI, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- CHASIN, José. **Marxismo e filosofia no Brasil**. São Paulo: Ensaio, 2000.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **Nelson Werneck Sodré e o pensamento nacionalista no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- FIORI, José Luís. **História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

- GORÉNDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1978.
- GORÉNDER, Jacob. **A burguesia brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- GORÉNDER, Jacob. **Combate nas trevas: a esquerda brasileira, das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.
- IANNI, Octavio. **Pensamento social no Brasil**. São Paulo: Ática, 1991.
- LESSA, Carlos. **O capitalismo brasileiro**: sua evolução, crise e perspectivas. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.
- MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.
- NAPOLITANO, Marcos. **Cultura brasileira**: utopia e massificação (1950–1980). São Paulo: Contexto, 2003.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1933.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1942.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1942.
- PINTO, Álvaro Vieira. **Consciência e realidade nacional**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.
- REIS, Daniel Aarão. **O pensamento social brasileiro e a questão nacional**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- RICUPERO, Bernardo. **O mito da formação nacional**: Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre. São Paulo: Unesp, 2018.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à revolução brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1958.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da burguesia brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da burguesia brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **A verdade sobre o ISEB**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: Leya, 2015.
- TOLEDO, Caio Navarro de. **O ISEB**: fábrica de ideologias. São Paulo: Ática, 2005.



CAPÍTULO 4

PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: Contributo da Economia - Inácio Rangel, Maria da Conceição Tavares e João Manuel Cardoso de Mello

*BRAZILIAN SOCIAL THOUGHT: Contribution of
Economics - Inácio Rangel, Maria da Conceição
Tavares, and João Manuel Cardoso de Mello*



RESUMO: O presente artigo analisa o papel do Estado e das estruturas produtivas no pensamento social brasileiro, com base nas contribuições de Inácio Rangel, Maria da Conceição Tavares e João Manuel Cardoso de Mello. A investigação parte da premissa de que o desenvolvimento do Brasil é marcado por heterogeneidade estrutural, dependência externa e desigualdade social, exigindo uma atuação estratégica do Estado para mediar conflitos e coordenar políticas econômicas. Rangel destaca a dualidade estrutural da economia brasileira, evidencian- do a coexistência de setores modernos e arcaicos e o papel mediador do Estado nos ciclos de crescimento e crise. Tavares enfatiza a importância da estrutura produtiva e das políticas econômicas, analisando a vulnerabilidade do país às crises cíclicas e à dependência tecnológica e financeira. Mello, por sua vez, introduz o conceito de capitalismo tardio, relacionando a industrialização tardia à forma-ção social brasileira e à modernização conservadora, reforçando a necessidade de políticas estratégicas que integrem crescimento econômico e justiça social. A análise comparativa evidencia convergências e divergências entre os autores, mostrando que o desenvolvimento brasileiro não pode ser compreendido ape- nas por indicadores econômicos, mas pela articulação entre fatores estruturais, institucionais e sociais. As contribuições dos três economistas oferecem subsí- dios teóricos fundamentais para a compreensão das limitações e possibilidades do desenvolvimento brasileiro, destacando a centralidade do Estado e a comple- xidade das estruturas produtivas.

Palavras-chave: Estado, desenvolvimento econômico, estrutura produtiva, capitalismo tardio, dualidade estrutural.

ABSTRACT: This article analyzes the role of the State and productive structures in Brazilian economic development, based on the contributions of Inácio Rangel, Maria da Conceição Tavares, and João Manuel Cardoso de Mello. The study assumes that Brazil's development is marked by structural heterogeneity, external dependence, and social inequality, requiring strategic State intervention to me- diate conflicts and coordinate economic policies. Rangel highlights the struc- tural duality of the Brazilian economy, emphasizing the coexistence of modern and archaic sectors and the mediating role of the State in growth and crisis cycles. Tavares stresses the importance of productive structures and economic policies, analyzing the country's vulnerability to cyclical crises and technological and fi- nancial dependence. Mello introduces the concept of late capitalism, linking late industrialization to Brazilian social formation and conservative modernization, reinforcing the need for strategic policies that integrate economic growth and social justice. The comparative analysis reveals convergences and divergences among the authors, demonstrating that Brazilian development cannot be un- derstood solely through economic indicators but through the interplay of struc- tural, institutional, and social factors. Their contributions provide fundamental theoretical insights for understanding the limitations and possibilities of Bra- zilian development, highlighting the centrality of the State and the complexity of productive structures.

Keywords: State, economic development, productive structure, late capita- lism, structural duality.

1 INTRODUÇÃO

O pensamento social brasileiro consolidou-se como um dos campos mais fecundos de interpretação da realidade nacional, articulando reflexões sobre a formação histórica, social, política e econômica do país. Desde o início do século XX, autores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior procuraram compreender as especificidades da sociedade brasileira, suas heranças coloniais e as contradições entre o moderno e o arcaico. Nesse contexto, a dimensão econômica passou a ocupar papel central na explicação das desigualdades estruturais e das dificuldades de desenvolvimento autônomo. A partir da década de 1950, o debate sobre o desenvolvimento nacional ganhou força, impulsionado por economistas que, integrando a tradição do pensamento social brasileiro, formularam interpretações originais sobre o papel do Estado e as estruturas produtivas no processo de modernização econômica (Bielschowsky, 2000).

A questão do desenvolvimento, entendida como a busca por autonomia produtiva e superação da dependência externa, tornou-se um dos eixos centrais do pensamento econômico brasileiro. As teorias desenvolvimentistas emergiram como resposta às limitações do modelo agrário-exportador e às contradições da inserção periférica do Brasil no sistema capitalista. Nesse cenário, o Estado foi concebido como agente fundamental na indução de transformações estruturais, promovendo a industrialização, o investimento em infraestrutura e a modernização tecnológica. A experiência do pós-guerra, marcada pelo avanço da industrialização e pelas políticas de substituição de importações, consolidou uma geração de intelectuais comprometidos com a construção de um projeto nacional de desenvolvimento (Furtado, 2007; Prebisch, 1950).

Entre esses intelectuais, destacam-se Inácio Rangel, Maria da Conceição Tavares e João Manuel Cardoso de Mello, cujas contribuições foram decisivas para a compreensão da economia brasileira e das suas estruturas produtivas. Esses autores, inseridos em diferentes momentos históricos e perspectivas teóricas, partilham a preocupação com a dinâmica interna da economia nacional, a dependência externa e o papel do Estado como mediador e indutor do desenvolvimento. Suas formulações não se limitam à economia, mas dialogam amplamente com a sociologia, a ciência política e a história, compondo o mosaico do pensamento social brasileiro contemporâneo.

Inácio Rangel foi um dos pioneiros na formulação de uma teoria estruturalista original sobre o desenvolvimento brasileiro. Sua concepção de dualidade estrutural — a coexistência de dois setores econômicos, um moderno e outro arcaico — tornou-se uma chave de leitura essencial para compreender a heterogeneidade produtiva e as contradições da economia nacional. Para Rangel (1957), o Estado desempenha o papel de mediador entre essas estruturas, promovendo a síntese das contradições internas e impulsionando ciclos de desenvolvimento. Sua visão dialética da economia brasileira antecipa discussões posteriores sobre dependência e desenvolvimento desigual, mantendo grande atualidade.

Maria da Conceição Tavares, por sua vez, deu continuidade e aprofundamento ao debate sobre a estrutura produtiva e as crises econômicas, introduzindo uma leitura keynesiano-estruturalista da economia brasileira. Em suas análises, o Estado é compreendido como agente de coordenação macroeconômica e de indução à industrialização, especialmente durante o ciclo de substituição de

importações. Tavares (1985) enfatiza a importância das políticas públicas e do planejamento econômico como instrumentos de superação das crises estruturais e de construção de uma base produtiva diversificada. Sua obra revela uma preocupação constante com a capacidade do Estado de responder aos desequilíbrios cíclicos do capitalismo dependente e de sustentar o crescimento em contextos de vulnerabilidade externa.

Já João Manuel Cardoso de Mello contribui para o debate a partir de uma leitura marxista da formação social brasileira, propondo o conceito de capitalismo tardio. Para o autor, o desenvolvimento brasileiro é marcado pela formação de uma burguesia dependente e subordinada ao capital internacional, o que condiciona a ação do Estado e a própria estrutura produtiva nacional. Em *O Capitalismo Tardio* (1982), Cardoso de Mello argumenta que o Estado brasileiro atua simultaneamente como instrumento de reprodução da dependência e como espaço de disputa política e social, refletindo as contradições internas do capitalismo periférico. Sua análise amplia a compreensão das relações entre economia, Estado e classes sociais, consolidando uma interpretação crítica sobre a trajetória do desenvolvimento nacional.

A partir das formulações desses três economistas, observa-se que a reflexão sobre o Estado e as estruturas produtivas transcende o campo econômico estrito, constituindo uma perspectiva interdisciplinar sobre o Brasil. Suas obras permitem compreender como o Estado brasileiro se configurou historicamente como mediador entre os interesses do capital nacional e estrangeiro, das classes dominantes e dos setores populares, e como as transformações produtivas refletiram e reproduziram as desigualdades sociais. Além disso, suas ideias fornecem subsídios teóricos fundamentais para o debate contemporâneo sobre os desafios da economia brasileira — como a desindustrialização, a reprimarização das exportações e a crescente financeirização da riqueza (Bresser-Pereira, 2014).

O presente estudo propõe-se, portanto, a analisar as contribuições de Inácio Rangel, Maria da Conceição Tavares e João Manuel Cardoso de Mello sobre o papel do Estado e das estruturas produtivas na formação econômica do Brasil, situando-os no contexto do pensamento social brasileiro. Busca-se compreender como suas formulações teóricas dialogam entre si, revelando convergências e divergências na interpretação dos processos de desenvolvimento e dependência. A relevância desta análise reside não apenas na valorização da tradição do pensamento econômico nacional, mas também na possibilidade de ressignificar essas contribuições diante dos impasses atuais da economia brasileira.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa e caráter bibliográfico, fundamentada na análise de obras clássicas dos autores e de estudos secundários que abordam suas contribuições no campo da economia política e do pensamento social brasileiro. A abordagem comparativa permitirá identificar os pontos de convergência e de diferenciação entre as concepções de Estado e estrutura produtiva formuladas por Rangel, Tavares e Cardoso de Mello, destacando suas implicações teóricas e políticas para a compreensão da realidade nacional.

O artigo organiza-se em seis seções, além desta introdução. Na segunda seção, discute-se o pensamento social brasileiro e a questão do desenvolvimento, contextualizando a inserção da economia nesse campo intelectual. A terceira seção examina o papel do Estado e das estruturas produtivas na formação econô-

mica do país. Na quarta, são apresentadas as percepções contributivas dos autores, analisando separadamente as formulações de Rangel, Tavares e Cardoso de Mello. A quinta seção desenvolve uma discussão comparativa entre as perspectivas dos três economistas, evidenciando seus diálogos e divergências teóricas. Por fim, a sexta seção apresenta as considerações finais, sintetizando os principais resultados e reflexões do estudo.

2 O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO E A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO

O pensamento social brasileiro constitui um campo plural de interpretações sobre a formação histórica, social e econômica do país, caracterizando-se pela tentativa de compreender as especificidades do desenvolvimento nacional à luz das contradições estruturais herdadas do passado colonial. Desde os primórdios do século XX, intelectuais como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Celso Furtado buscaram identificar os elementos que distinguem o processo de modernização e de construção do Estado no Brasil. Nesse sentido, a questão do desenvolvimento sempre esteve intrinsecamente relacionada à compreensão da sociedade brasileira como uma totalidade histórica marcada pela dependência, pela desigualdade e pela incompletude das transformações capitalistas (Bielschowsky, 2022).

De acordo com Furtado (2007), o subdesenvolvimento não é uma etapa transitória do capitalismo, mas uma forma específica de organização das estruturas produtivas e sociais, resultado direto da inserção periférica dos países latino-americanos na economia mundial. Essa concepção inaugura uma visão estruturalista do desenvolvimento, na qual o papel do Estado torna-se essencial para romper as barreiras estruturais e promover a industrialização. O pensamento de Furtado, nesse sentido, funda as bases para uma tradição crítica que será aprofundada por autores como Inácio Rangel, Maria da Conceição Tavares e João Manuel Cardoso de Mello, todos preocupados em compreender as particularidades do capitalismo brasileiro e os limites de sua dinâmica interna.

A partir da segunda metade do século XX, com a consolidação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), o debate sobre desenvolvimento passa a incorporar uma dimensão histórico-estrutural. Conforme Bielschowsky (2022), o pensamento cepalino influenciou decisivamente a formulação de políticas econômicas e a elaboração teórica de economistas brasileiros, ao propor uma crítica à divisão internacional do trabalho e à tendência à deterioração dos termos de troca. Essa tradição crítica compreendia o desenvolvimento como um processo de transformação das estruturas produtivas e de ampliação do mercado interno, o que exigia a atuação estratégica do Estado na coordenação da economia e na indução do investimento.

Entretanto, o pensamento social brasileiro não se limitou à perspectiva econômica. Como observa Martins (2018), ele também se constituiu como um esforço interdisciplinar de interpretação da formação nacional, articulando sociologia, história, política e economia em torno da questão do desenvolvimento. Essa abordagem integrada permitiu compreender o desenvolvimento não apenas como crescimento econômico, mas como um fenômeno social e cultural, vinculado à modernização das instituições e à redistribuição do poder e da renda.

Nessa linha, a sociologia do desenvolvimento brasileira — influenciada por Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos — também enfatizou o caráter contraditório e dependente da modernização nacional, destacando o papel das elites e das estruturas de poder na reprodução das desigualdades (Fernandes, 2008).

O caráter dependente do desenvolvimento brasileiro foi amplamente debatido nas décadas de 1960 e 1970, sobretudo a partir da emergência da teoria da dependência. Essa corrente, representada por autores como Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1970), argumentou que as economias periféricas não poderiam reproduzir o caminho de desenvolvimento dos países centrais, uma vez que estavam estruturalmente subordinadas ao capital internacional. A partir dessa leitura, o desenvolvimento seria possível apenas mediante a transformação das relações de dependência e a adoção de estratégias nacionais autônomas. Essa interpretação influenciou profundamente os economistas brasileiros de orientação estruturalista, que passaram a ver o Estado como mediador fundamental entre o capital interno e externo, função destacada nos trabalhos de Inácio Rangel e Maria da Conceição Tavares.

Rangel (2005) introduz uma das formulações mais originais do pensamento econômico brasileiro ao propor o conceito de “dualidade estrutural”, isto é, a coexistência de dois modos de produção — um moderno e outro arcaico — que se articulam de forma contraditória no interior da economia nacional. Para o autor, essa dualidade não é um resíduo do passado, mas um elemento constitutivo do capitalismo brasileiro, cuja dinâmica depende da mediação do Estado entre os setores produtivos e das relações entre o capital nacional e estrangeiro. Desse modo, o desenvolvimento é visto como um processo histórico de superação progressiva das contradições internas, exigindo políticas públicas ativas e planejamento estatal (Rangel, 1985).

Maria da Conceição Tavares (1972; 1985), por sua vez, amplia o enfoque estruturalista ao incorporar a dimensão financeira e macroeconômica à análise do desenvolvimento. Sua crítica ao “modelo de substituição de importações” ressalta os limites impostos pela estrutura produtiva concentrada e pela dependência tecnológica. Para Tavares, o subdesenvolvimento brasileiro é marcado por uma industrialização incompleta, dependente de capitais externos e incapaz de gerar autonomia tecnológica e distributiva. Assim, o papel do Estado seria o de coordenar os investimentos e regular as crises, garantindo o equilíbrio entre crescimento, emprego e estabilidade. Sua contribuição renova o debate ao inserir o tema das crises cíclicas e da vulnerabilidade externa como componentes estruturais do desenvolvimento periférico.

Já João Manuel Cardoso de Mello (1982) introduz o conceito de “capitalismo tardio”, com o qual busca explicar o caráter específico do capitalismo brasileiro, formado em uma etapa avançada do desenvolvimento mundial e sob condições de dependência externa. Para o autor, a industrialização brasileira não resultou de uma acumulação primitiva interna, mas da associação subordinada ao capital internacional. Nesse sentido, o Estado desempenha uma função crucial como articulador entre as frações do capital e como agente da modernização conservadora. Cardoso de Mello destaca que o desenvolvimento capitalista tardio no Brasil reproduz as desigualdades estruturais e reforça a heterogeneidade produtiva, evidenciando a persistência da dependência como traço constitutivo da economia nacional.

A partir dessas perspectivas, pode-se afirmar que o pensamento social brasileiro construiu um corpo teórico original sobre a questão do desenvolvimento, caracterizado pela articulação entre análise histórica, estrutural e política. Conforme argumenta Oliveira (2003), essa tradição reflete uma “razão dualista” que perpassa a economia e a sociedade brasileiras, na qual a modernização convive com a exclusão e a desigualdade. O desafio, portanto, reside em compreender o desenvolvimento como um processo de transformação das estruturas produtivas e sociais, e não apenas como expansão quantitativa do produto. Essa compreensão crítica é o que distingue os economistas brasileiros de tradição desenvolvimentista, que, a partir de diferentes ângulos, buscaram interpretar e propor caminhos para a superação do subdesenvolvimento.

3 O PAPEL DO ESTADO E AS ESTRUTURAS PRODUTIVAS NA FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL

A formação econômica do Brasil constitui-se como um processo complexo, marcado pela coexistência de estruturas produtivas desiguais e pela centralidade do Estado na mediação entre os interesses do capital nacional e estrangeiro. Desde o período colonial, as formas de produção brasileiras estiveram subordinadas às exigências externas, estruturando uma economia voltada à exportação de produtos primários e à dependência tecnológica e financeira. Como observa Furtado (2007), o processo de industrialização tardia e a modernização dependente foram expressões de uma trajetória histórica na qual o Estado desempenhou papel fundamental como agente organizador, investidor e indutor do desenvolvimento.

Segundo Prado Júnior (1971), a economia brasileira formou-se sob a lógica do capitalismo dependente, isto é, como uma extensão subordinada do capital mercantil europeu. Essa herança colonial impôs uma estrutura produtiva concentrada e excludente, que persistiu mesmo após a Independência e a consolidação da República. A industrialização, que se intensificou a partir da década de 1930, não resultou de um processo autônomo de acumulação de capital, mas de uma política deliberada de intervenção estatal. O Estado assumiu, assim, a função de articular a transição de uma economia primário-exportadora para uma economia urbano-industrial, como destacam Cano (2012) e Bielschowsky (2022).

Durante o governo Vargas (1930–1945), consolidou-se uma nova configuração institucional e produtiva que redefiniu as bases do desenvolvimento brasileiro. O Estado passou a atuar como mediador entre as classes sociais e como promotor da industrialização de base, por meio da criação de empresas estatais e da implementação de políticas de substituição de importações. Conforme Furtado (2007), o projeto desenvolvimentista da Era Vargas assentou-se na necessidade de reduzir a vulnerabilidade externa e internalizar a produção de bens intermediários e de capital. Essa estratégia inaugurou o que Tavares (1972) denominou “industrialização por substituição de importações”, caracterizada pela expansão do setor manufatureiro e pela crescente participação do Estado no planejamento econômico.

Contudo, o processo de industrialização brasileira não eliminou as desigualdades estruturais nem a dependência externa. Como argumenta Inácio Rangel (2005), a economia nacional permaneceu marcada por uma “dualidade estru-

tural”, isto é, pela convivência entre setores modernos e atrasados, ambos integrados de forma contraditória ao sistema capitalista mundial. Nessa configuração, o Estado assume o papel de mediador entre os polos de desenvolvimento, buscando equilibrar as tensões entre o capital nacional e o estrangeiro, entre o setor industrial e o agrário. Rangel (1985) sustenta que o Estado brasileiro é, simultaneamente, expressão e instrumento dessa dualidade, e sua capacidade de promover o desenvolvimento depende de sua função articuladora nas fases de expansão e crise.

Tavares (1985), por outro lado, aprofunda a análise sobre o papel do Estado ao considerar a dimensão macroeconômica das políticas de desenvolvimento. Em suas formulações, o Estado deve atuar como indutor do investimento e como regulador dos ciclos de crescimento e crise, garantindo a continuidade do processo de acumulação de capital. Para a autora, o subdesenvolvimento brasileiro está associado à “heterogeneidade estrutural” — uma combinação de setores de alta produtividade com outros de baixa — que reproduz as desigualdades e limita o dinamismo da economia. Assim, a ação estatal é imprescindível para coordenar o investimento público e privado, reduzir as disparidades regionais e estimular a diversificação produtiva (Tavares, 1985).

A intervenção estatal ganhou maior densidade institucional durante o período desenvolvimentista pós-Segunda Guerra Mundial, sobretudo com a criação de órgãos de planejamento e empresas estatais estratégicas, como a Petrobras (1953), a Eletrobras (1962) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES, 1952). Segundo Bielschowsky (2022), essas instituições representaram a materialização da visão cepalina de desenvolvimento, segundo a qual o Estado deveria ser o agente central da industrialização e da modernização tecnológica. A política econômica buscava, portanto, transformar a estrutura produtiva, substituindo a dependência de importações por uma base produtiva interna capaz de sustentar o crescimento autônomo.

Cardoso de Mello (1982) contribui para essa discussão ao analisar o caráter “tardio” do capitalismo brasileiro. Em sua perspectiva, a industrialização nacional ocorreu sob a hegemonia do capital internacional e mediante um Estado que exerceu papel de mediador entre as frações do capital. O Estado, nesse contexto, não é apenas o promotor do desenvolvimento, mas também o garantidor da ordem e da reprodução das relações de dependência. O autor observa que a industrialização brasileira dos anos 1950 e 1960 consolidou um modelo de crescimento concentrador, no qual o dinamismo econômico não se traduziu em transformação social profunda. Essa condição expressa o que ele denomina “modernização conservadora”, isto é, um processo de modernização que mantém as hierarquias sociais e a concentração de renda (Mello, 1982).

O golpe de 1964 e o subsequente período do regime militar reforçaram essa tendência de fortalecimento do Estado enquanto agente econômico, mas ao custo de uma maior concentração de poder e de renda. De acordo com Oliveira (2003), a “razão dualista” da economia brasileira tornou-se ainda mais evidente nesse período, com a convivência de uma economia moderna e exportadora e de amplos bolsões de marginalidade. As políticas estatais voltadas para o “milagre econômico” privilegiaram grandes conglomerados e setores intensivos em capital, acentuando a heterogeneidade produtiva e a exclusão social. Ainda que o Estado tenha impulsionado a modernização tecnológica e a integração territorial, o desenvolvimento seguiu sendo desigual e dependente.

Com a crise da dívida externa e a reestruturação neoliberal a partir da década de 1990, o papel do Estado na economia brasileira foi progressivamente redefinido. A orientação liberal enfraqueceu as políticas de planejamento e reduziu o investimento público, impactando a capacidade do Estado de coordenar o desenvolvimento produtivo. Entretanto, como observam Serrano e Summa (2011), o período recente demonstra que o Estado continua sendo indispensável à sustentação do crescimento e à promoção de políticas industriais e sociais. As experiências de reindustrialização e de política de conteúdo local nos anos 2000 indicam que o desenvolvimento brasileiro ainda depende de uma atuação estatal ativa e estratégica.

4 UMA PERCEPÇÃO CONTRIBUTIVA DOS AUTORES

A análise do pensamento econômico brasileiro ganha densidade teórica e amplitude interpretativa ao se debruçar sobre as contribuições de Inácio Rangel, Maria da Conceição Tavares e João Manuel Cardoso de Mello — três intelectuais centrais para a compreensão da formação, transformação e contradições do capitalismo no Brasil. Suas reflexões, embora distintas em ênfase e abordagem, convergem no esforço de compreender a articulação entre Estado, estrutura produtiva e desenvolvimento, situando o Brasil dentro da lógica dependente e periférica do sistema capitalista mundial. Ao examinarem a especificidade da economia brasileira, esses autores projetam o papel do Estado não apenas como mediador de conflitos estruturais, mas como agente estratégico capaz de induzir a acumulação e promover a modernização econômica, ainda que de modo desigual e contraditório.

As contribuições desses três pensadores podem ser sintetizadas a partir de três eixos analíticos complementares: (i) a dualidade estrutural e o papel mediador do Estado, segundo Inácio Rangel; (ii) a estrutura produtiva e as crises cíclicas do desenvolvimento capitalista periférico, conforme Maria da Conceição Tavares; e (iii) o caráter do capitalismo tardio e a formação social brasileira, conforme João Manuel Cardoso de Mello. Cada um deles oferece uma chave teórica para interpretar as tensões entre modernização e subdesenvolvimento, dependência e autonomia, crescimento e concentração, que marcaram o percurso histórico da economia nacional.

4.1 INÁCIO RANGEL: DUALIDADE ESTRUTURAL E ESTADO COMO MEDIADOR DO DESENVOLVIMENTO

Inácio Rangel (1914–1994) é um dos pensadores mais originais do pensamento econômico brasileiro, cuja obra oferece uma chave interpretativa fundamental para compreender a formação e a dinâmica do capitalismo nacional. Sua reflexão se insere no contexto das décadas de 1950 a 1980, período em que o país vivia o auge do projeto desenvolvimentista e, posteriormente, enfrentava as limitações estruturais desse modelo. Rangel construiu uma visão teórica inovadora sobre o desenvolvimento brasileiro ao propor a noção de *dualidade estrutural*, na qual a coexistência e a interdependência entre estruturas produtivas arcaicas e modernas explicam as particularidades do processo de acumulação no país.

A teoria da dualidade estrutural de Rangel parte do reconhecimento de que o capitalismo brasileiro não se desenvolveu de maneira linear, mas sobre a base de uma economia agrária herdada do período colonial. Assim, as estruturas produtivas modernas — industriais e urbanas — não eliminaram as formas anteriores de produção, mas se sobrepueram a elas, criando uma relação dialética de complementaridade e tensão. Para Rangel (1981), essa dualidade constitui o núcleo da formação econômica brasileira, sendo o resultado de um processo histórico de transição em que o antigo e o novo coexistem, sustentando-se mutuamente.

Diferentemente das interpretações que viam a coexistência entre setores atrasados e modernos como uma simples anomalia a ser superada pelo progresso industrial, Rangel (2005) a entende como uma característica intrínseca do capitalismo dependente. Essa dualidade, segundo ele, é dinâmica: a cada ciclo de desenvolvimento, ocorre uma rearticulação entre o setor moderno e o setor atrasado, mediada pela ação do Estado. Em vez de representar um obstáculo, o setor arcaico cumpre funções essenciais, como a absorção de mão de obra excedente e a sustentação da demanda por bens industriais.

Nesse contexto, o papel do Estado torna-se central. Rangel concebe o Estado brasileiro como o *mediador histórico* da dualidade estrutural — uma instância capaz de articular interesses contraditórios entre as classes e setores econômicos, assegurando a continuidade do processo de acumulação. Essa mediação se expressa por meio da política de investimentos públicos, do planejamento estatal e da criação de instituições financeiras e empresariais voltadas para o desenvolvimento. O Estado, em sua visão, é o “organizador da economia nacional”, responsável por viabilizar a transição entre ciclos de crescimento e por enfrentar as crises decorrentes da própria dualidade (Rangel, 1981).

A contribuição teórica de Rangel dialoga, em parte, com o pensamento estruturalista latino-americano representado pela CEAPAL, especialmente com as ideias de Celso Furtado. No entanto, sua abordagem se diferencia por enfatizar as contradições internas da economia brasileira e a capacidade endógena de reorganização do capitalismo nacional. Enquanto Furtado (2009) via o subdesenvolvimento como uma condição estrutural imposta pela inserção periférica no sistema mundial, Rangel (2005) reconhece a dependência externa, mas ressalta a possibilidade de um desenvolvimento autônomo baseado na expansão do mercado interno e na ação coordenada do Estado.

Outro aspecto fundamental de sua obra é a concepção de *ciclos longos de desenvolvimento*, inspirada em autores como Kondratiev e Schumpeter, mas reinterpretada à luz da realidade brasileira. Para Rangel (1981), o desenvolvimento do país se dá em ondas, cada uma delas marcada pela reconfiguração da dualidade estrutural. Cada ciclo corresponde a uma fase de expansão da capacidade produtiva, seguida de uma crise que exige a reorganização das bases econômicas e institucionais. Nesses momentos de inflexão, o Estado assume novamente um papel decisivo, intervindo para restabelecer as condições de crescimento e renovar o pacto social entre capital e trabalho.

Rangel também destacou que o desenvolvimento brasileiro é condicionado por uma *heterogeneidade estrutural* profunda. Essa heterogeneidade se manifesta tanto no plano produtivo quanto no social, gerando desigualdades regionais e setoriais persistentes. A coexistência entre latifúndios improdutivos e setores industriais avançados, entre trabalho informal e alta tecnologia, reflete a

natureza complexa e contraditória do capitalismo dependente. O Estado, nesse contexto, não é apenas um regulador econômico, mas também um mediador político das contradições sociais, assumindo funções que extrapolam a esfera econômica estrita.

Em suas análises, Rangel (2005) também antecipou debates que se tornariam centrais nas décadas seguintes, como a financeirização da economia e as limitações do modelo de crescimento baseado em endividamento externo. Para ele, o desenvolvimento sustentado exigiria uma profunda reforma estrutural capaz de reduzir a dependência financeira e tecnológica, fortalecer o mercado interno e promover maior integração entre os setores produtivos. O Estado, nesse processo, deveria atuar como planejador e investidor, orientando a economia para a superação dos gargalos estruturais.

Sua visão sobre o papel do Estado é, portanto, dialética: o Estado é simultaneamente expressão das contradições da sociedade e instrumento para sua superação parcial. Rangel concebe o Estado brasileiro como um *ente de compromisso*, que equilibra os interesses entre o capital nacional, o capital estrangeiro e os setores populares, sem eliminar as tensões, mas garantindo a reprodução ampliada do sistema. Assim, o desenvolvimento é visto como um processo essencialmente político, dependente da capacidade de o Estado organizar coalizões e implementar políticas públicas coerentes com os objetivos nacionais.

A atualidade do pensamento de Inácio Rangel reside justamente nessa compreensão complexa do desenvolvimento como fenômeno estrutural e histórico. Em tempos de globalização financeira e desindustrialização, sua leitura da dualidade estrutural continua pertinente para entender os impasses da economia brasileira contemporânea. A persistência da heterogeneidade produtiva e a fragilidade das políticas industriais demonstram que as contradições apontadas por Rangel permanecem ativas, exigindo novas formas de mediação estatal e planejamento estratégico.

4.2 MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES: ESTRUTURA PRODUTIVA, POLÍTICA ECONÔMICA E CRISES

Maria da Conceição Tavares (1930–2024) ocupa um lugar central na tradição do pensamento econômico brasileiro, sendo uma das intelectuais mais influentes na análise das estruturas produtivas, das dinâmicas do crescimento e das crises cíclicas do capitalismo periférico. Sua obra insere-se na continuidade crítica da escola estruturalista latino-americana, representada pela CEPAL e por autores como Raúl Prebisch e Celso Furtado, mas com um salto qualitativo: Tavares reinterpreta o subdesenvolvimento a partir da articulação entre as transformações internas da estrutura produtiva e as condicionantes externas do capitalismo mundial, especialmente o processo de financeirização e dependência tecnológica.

Desde suas primeiras obras, notadamente *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro* (1972), Tavares enfatiza que o desenvolvimento capitalista no Brasil não foi um processo espontâneo nem linear, mas resultado de uma estratégia de *industrialização por substituição de importações* (ISI) promovida e sustentada pelo Estado. Essa industrialização, iniciada nos anos 1930 e acelerada a partir dos anos 1950, teve como base uma política econômica ativa, voltada à

criação de infraestrutura e à proteção do mercado interno. Todavia, longe de eliminar as características de dependência e heterogeneidade estrutural, a ISI acabou por reproduzir novas formas de desigualdade e vulnerabilidade econômica (Tavares, 1972).

A autora identificou que o processo de substituição de importações gerou uma estrutura produtiva *incompleta* e *desequilibrada*, com forte concentração de capital e tecnologia em poucos setores, sobretudo na indústria de bens de consumo duráveis e bens de capital intermediários. Esse modelo, ao mesmo tempo em que modernizou parte do parque industrial, manteve amplas áreas da economia estagnadas, reproduzindo a dualidade entre o moderno e o atrasado, característica já apontada por Inácio Rangel. A industrialização, portanto, não significou uma ruptura com o subdesenvolvimento, mas uma reconfiguração de suas bases (Tavares, 1999).

Um dos eixos centrais do pensamento de Tavares é a análise da *estrutura produtiva desequilibrada* e de sua relação com as crises cíclicas da economia brasileira. A autora argumenta que o padrão de crescimento nacional depende da capacidade de articulação entre os setores produtivos e do equilíbrio entre oferta e demanda efetiva. Como o processo de industrialização foi fortemente dependente de importações de insumos e tecnologias, o crescimento gerou recorrentes *estrangulamentos externos* — crises de balanço de pagamentos que limitavam a expansão sustentada. Assim, cada ciclo de crescimento industrial foi seguido por uma crise, provocando retração e ajustes recessivos impostos pela necessidade de corrigir déficits externos (Tavares, 1985).

Nesse contexto, o papel do Estado aparece novamente como elemento essencial. Tavares concebe o Estado como *agente estratégico do desenvolvimento*, capaz de coordenar o investimento, controlar o crédito e planejar a expansão dos setores produtivos. Ela destaca, porém, que a eficácia da ação estatal depende das condições políticas e das alianças de classe que sustentam o projeto de desenvolvimento. Nos momentos em que o Estado se subordina aos interesses do capital financeiro e externo, sua capacidade de induzir o crescimento produtivo é drasticamente reduzida (Tavares, 1999). Assim, o desenvolvimento brasileiro oscila entre períodos de expansão liderada pelo investimento público e fases de retração marcadas pela predominância da lógica financeira.

A partir dos anos 1970, Tavares aprofunda a análise sobre o *capitalismo financeiro* e a dependência estrutural da economia brasileira. Em seus estudos, ela observa que a crescente abertura ao capital estrangeiro e o endividamento externo transformaram profundamente o padrão de acumulação. O dinamismo industrial passou a depender da entrada de capitais externos e da valorização financeira, deslocando o eixo da acumulação produtiva para a esfera financeira. Essa transição levou ao que Tavares denominou de “*financeirização dependente*” — um estágio do capitalismo periférico em que o crescimento econômico se torna subordinado à lógica especulativa e aos fluxos internacionais de capitais (Tavares; Mello, 1973).

Para Tavares, as *crises* constituem momentos estruturais do capitalismo dependente, expressando as contradições entre a acumulação interna e a dependência externa. Elas não são meros desequilíbrios conjunturais, mas resultados da forma como o sistema produtivo e financeiro se organiza sob a hegemonia do capital internacional. Cada crise revela a incapacidade da economia periférica de

sustentar um ciclo autônomo de crescimento e a necessidade de reestruturação produtiva e política. Em sua leitura, o Brasil viveu sucessivos ciclos de expansão e crise — do “milagre econômico” à crise da dívida externa nos anos 1980 — sempre marcados pela limitação da capacidade do Estado em romper com a dependência estrutural (Tavares, 1985).

Além da dimensão macroeconômica, Tavares enfatizou a importância das *políticas industriais e tecnológicas* na consolidação da soberania nacional. Defendeu que o desenvolvimento exige uma política deliberada de fortalecimento das cadeias produtivas internas, de incentivo à inovação e de integração entre os setores produtivos. Para ela, sem uma estratégia estatal de longo prazo, o país se tornaria refém da volatilidade externa e da reprimarização de sua economia — tendência que, décadas mais tarde, se confirmaria com a desindustrialização precoce observada a partir dos anos 2000 (Tavares; Belluzzo, 1986).

Sua contribuição teórica também é marcada por uma visão crítica das políticas neoliberais implementadas a partir dos anos 1990. Tavares (1997) denunciou o desmonte da capacidade estatal de planejamento e a subordinação da política econômica às exigências dos mercados financeiros. Na sua leitura, a estabilização monetária baseada em juros altos e câmbio valorizado sacrificou o investimento produtivo e aprofundou a vulnerabilidade externa, comprometendo a autonomia nacional. Essa crítica mantém-se atual no debate sobre os limites do crescimento econômico no Brasil contemporâneo, diante da predominância do setor financeiro sobre a economia real.

4.3 JOÃO MANUEL CARDOSO DE MELLO: CAPITALISMO TARDIO E FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

João Manuel Cardoso de Mello (1947–) constitui uma das vozes mais influentes na análise crítica da economia brasileira a partir de uma perspectiva histórica e marxista. Sua produção intelectual se destaca pela interpretação do Brasil como um país inserido tardiamente no processo de industrialização capitalista, marcado por peculiaridades estruturais que moldaram a formação social e econômica do país. A noção de *capitalismo tardio*, central em sua obra, permite compreender as contradições do desenvolvimento brasileiro, situando-o dentro de um contexto de dependência periférica, modernização incompleta e desigualdade persistente.

Mello (1982) argumenta que o capitalismo brasileiro emergiu em um momento em que as forças produtivas mundiais já haviam consolidado o núcleo industrial, e as relações de dependência global condicionaram a trajetória nacional. A industrialização, iniciada tardiamente, não teve caráter autônomo, mas ocorreu sob influência de capitais estrangeiros, tecnologias importadas e padrões de consumo definidos por mercados externos. Essa inserção periférica condicionou a dinâmica do desenvolvimento, criando um modelo de crescimento “tardio”, concentrador e desigual. Para o autor, o capitalismo brasileiro é, portanto, uma forma híbrida, na qual coexistem elementos modernos e tradicionais, refletindo a persistência de estruturas sociais arcaicas, como o latifúndio e o trabalho precário, junto aos setores industriais mais avançados.

A noção de capitalismo tardio, em Mello, não se limita a uma explicação econômica, mas envolve uma análise histórica e social. Ele destaca que o proces-

so de industrialização trouxe avanços tecnológicos e crescimento urbano, mas manteve a concentração de renda e a desigualdade social, configurando uma *modernização conservadora*. Nesse sentido, a industrialização não foi capaz de transformar profundamente a estrutura social brasileira; ao contrário, reforçou hierarquias existentes e reproduziu exclusões, criando um modelo de desenvolvimento que combina expansão econômica com manutenção de privilégios históricos. Essa abordagem permite compreender a persistência da dualidade estrutural observada também por Rangel, mas com ênfase na dimensão histórica e nas relações de poder (Mello, 1982).

Mello analisa o papel do Estado brasileiro como mediador das contradições do capitalismo tardio. O Estado é interpretado não apenas como agente regulador ou promotor do crescimento econômico, mas como instituição histórica que organiza as condições de acumulação de capital e estabiliza o sistema frente às tensões sociais e estruturais. Para ele, as políticas estatais, como a criação de empresas públicas e a implementação de planos de desenvolvimento industrial, refletem a tentativa de conciliar interesses diversos — do capital nacional, do capital estrangeiro e das classes trabalhadoras — sem alterar radicalmente a hierarquia social existente (Mello, 1982; Mello, 1988).

Outro aspecto relevante de sua análise é a crítica à dependência tecnológica e financeira do Brasil. Mello observa que a industrialização tardia implicou na incorporação de tecnologias importadas e no endividamento externo, condições que limitaram a autonomia do país na condução de sua política econômica. A dependência do capital internacional e a vulnerabilidade às flutuações externas tornam o crescimento econômico suscetível a crises, exigindo uma atuação estratégica do Estado para proteger e induzir a acumulação interna. Esse quadro evidencia a tensão permanente entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, modernização e dependência, que caracteriza o capitalismo periférico brasileiro (Mello, 1982).

Mello também enfatiza a importância da análise histórica na compreensão do desenvolvimento brasileiro. Ele argumenta que as características contemporâneas do capitalismo no país só podem ser entendidas à luz da formação social e econômica desde o período colonial, passando pela República Velha e pelos ciclos industriais do século XX. O conceito de *formação social brasileira* implica reconhecer que o Brasil não se desenvolveu em um vácuo histórico: a trajetória econômica está sempre imbricada em relações sociais, políticas e culturais que moldam o capital, o trabalho e o papel do Estado (Mello, 1988).

Além disso, o autor contribui para o debate sobre os limites do crescimento baseado em industrialização tardia. Ele aponta que, embora a industrialização tenha promovido modernização tecnológica e urbanização, ela não foi suficiente para superar a desigualdade estrutural, o dualismo econômico e a concentração de renda. Para Mello, o desafio do desenvolvimento brasileiro reside em fortalecer mecanismos de integração entre setores produtivos, reduzir a dependência externa e ampliar a capacidade do Estado de induzir políticas de longo prazo que conciliem crescimento econômico e justiça social (Mello, 1982).

5 UMA DISCUSSÃO COMPARATIVA: DIÁLOGOS ENTRE AS PERCEPÇÕES DOS AUTORES

O pensamento econômico brasileiro, analisado sob a perspectiva de Inácio Rangel, Maria da Conceição Tavares e João Manuel Cardoso de Mello, revela tanto convergências quanto divergências significativas na compreensão do desenvolvimento nacional, do papel do Estado e das estruturas produtivas. Cada autor construiu uma leitura crítica da realidade econômica brasileira, pautada por uma análise histórica e estrutural, mas com ênfases distintas: Rangel na dualidade estrutural e no Estado mediador, Tavares na estrutura produtiva, políticas econômicas e crises, e Mello no capitalismo tardio e nas implicações sociais do desenvolvimento desigual. A análise comparativa permite identificar como essas interpretações dialogam, complementam-se e, por vezes, se tensionam, enriquecendo a compreensão do complexo processo de formação econômica do Brasil.

Um ponto de convergência evidente é a centralidade do Estado como agente mediador do desenvolvimento. Rangel concebe o Estado como mediador da dualidade estrutural, capaz de equilibrar interesses contraditórios e organizar a acumulação de capital em setores modernos e arcaicos (Rangel, 1981). Tavares, por sua vez, enfatiza o papel do Estado na coordenação da economia industrial, destacando sua função estratégica na promoção do crescimento, na proteção do mercado interno e na mitigação das crises cíclicas decorrentes da dependência externa (Tavares, 1972; 1999). Mello compartilha essa perspectiva, embora insista na dimensão histórica e social do Estado, considerando-o como mediador das tensões estruturais do capitalismo tardio e garantidor das condições de acumulação frente às desigualdades herdadas e à dependência periférica (Mello, 1982). Assim, para os três autores, o Estado é um elemento central na compreensão do desenvolvimento brasileiro, seja como mediador, regulador ou agente estratégico, evidenciando a articulação entre política econômica e estrutura produtiva.

Outra convergência relevante diz respeito à constatação de desigualdades estruturais e heterogeneidades produtivas. Rangel introduz a noção de dualidade estrutural para explicar a coexistência de setores modernos e arcaicos na economia brasileira, enfatizando a tensão e complementaridade entre eles (Rangel, 2005). Tavares identifica desequilíbrios dentro da estrutura produtiva industrial e as limitações do crescimento dependente de tecnologia e capital estrangeiro, ressaltando a vulnerabilidade do país às crises externas (Tavares, 1985). Mello, por sua vez, contextualiza essa heterogeneidade no conceito de capitalismo tardio, relacionando-a à persistência de desigualdades sociais, concentração de renda e modernização conservadora (Mello, 1988). Dessa forma, os três autores convergem na percepção de que o desenvolvimento brasileiro é marcado por uma coexistência de modernidade e atraso, crescimento e exclusão, e que a heterogeneidade estrutural é elemento permanente do capitalismo periférico.

Apesar dessas convergências, as abordagens apresentam distinções significativas quanto ao foco analítico e às soluções propostas para o desenvolvimento. Rangel centra sua análise na dinâmica interna da economia dual e na capacidade do Estado de mediar conflitos estruturais, privilegiando uma perspectiva endógena do crescimento (Rangel, 1981). Tavares concentra-se na interação entre política econômica e estrutura produtiva, enfatizando os limites impostos pela dependência externa e a vulnerabilidade às crises cíclicas do capitalismo periférico, adotando uma perspectiva crítica da inserção brasileira no sistema mundial

(Tavares, 1999). Já Mello oferece uma leitura histórico-estrutural do capitalismo tardio, abordando tanto os determinantes econômicos quanto os sociais da desigualdade, considerando a modernização conservadora e a herança histórica como condicionantes da trajetória do país (Mello, 1982). Essas diferenças ressaltam que, embora compartilhem preocupações centrais, os autores interpretam a realidade brasileira a partir de lentes analíticas distintas — estrutural, macroeconômica e histórico-social.

Um ponto de diálogo particularmente rico emerge quando se analisam as crises econômicas e as respostas do Estado. Para Rangel, a dualidade estrutural gera crises periódicas que demandam intervenção estatal, enquanto Tavares enfatiza que as crises são resultado da interação entre estrutura produtiva desequilibrada e dependência externa. Mello, por sua vez, interpreta as crises como expressão das contradições do capitalismo tardio, onde a modernização econômica coexiste com exclusão social e dependência tecnológica. Esses diferentes olhares permitem uma compreensão mais completa das crises brasileiras, revelando que elas são simultaneamente estruturais, conjunturais e históricas.

Além disso, as análises dos três autores se complementam ao iluminar dimensões frequentemente negligenciadas pelo debate econômico tradicional. Rangel oferece a perspectiva da dinâmica interna do sistema dual, Tavares amplia o foco para a política econômica e vulnerabilidades externas, e Mello integra as dimensões sociais e históricas da formação capitalista. Essa complementariedade evidencia que uma compreensão robusta do desenvolvimento brasileiro exige articular análise econômica, política e social, considerando a história como determinante das possibilidades e limites do crescimento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do pensamento econômico brasileiro, a partir das contribuições de Inácio Rangel, Maria da Conceição Tavares e João Manuel Cardoso de Mello, evidencia a complexidade do desenvolvimento nacional, marcado por características estruturais, históricas e sociais que moldam a trajetória econômica do país. Ao longo do estudo, percebe-se que, embora cada autor apresente enfoques distintos — Rangel na dualidade estrutural e mediação estatal, Tavares na estrutura produtiva e crises, e Mello no capitalismo tardio e formação social —, existe uma convergência fundamental: a compreensão do desenvolvimento brasileiro como um processo multifacetado, condicionado por sua inserção periférica no sistema capitalista mundial e pelas desigualdades internas persistentes.

Inácio Rangel oferece uma perspectiva centrada na dualidade estrutural, destacando a coexistência de setores modernos e arcaicos e a função mediadora do Estado para equilibrar interesses e promover a acumulação de capital. Sua abordagem enfatiza a dinâmica interna da economia, evidenciando como a heterogeneidade estrutural determina os ciclos de crescimento e as crises econômicas. Rangel contribui com uma visão endógena do desenvolvimento, que reconhece as tensões intrínsecas à estrutura econômica brasileira e a necessidade de planejamento e intervenção estatal para superá-las parcialmente.

Maria da Conceição Tavares, por sua vez, aprofunda a análise das estruturas produtivas e das políticas econômicas, destacando os limites impostos pela dependência externa e a vulnerabilidade às crises cíclicas. Tavares demonstra que a

industrialização brasileira, embora promova modernização e crescimento, mantém desequilíbrios internos e depende de capitais e tecnologias estrangeiras, o que restringe a autonomia nacional. Seu enfoque evidencia a relação entre política econômica, estrutura produtiva e crises, mostrando que o papel do Estado é decisivo na coordenação do desenvolvimento, mas condicionado pelas forças externas e internas que moldam o país.

João Manuel Cardoso de Mello amplia a perspectiva, incorporando a dimensão histórico-social do desenvolvimento. O conceito de capitalismo tardio permite compreender como a inserção periférica e a industrialização tardia condicionaram o crescimento, preservando desigualdades e hierarquias sociais. Para Mello, o Estado atua como mediador das contradições estruturais e sociais, promovendo a acumulação de capital em um contexto de modernização conservadora. Sua análise integra economia, sociedade e história, evidenciando que o desenvolvimento brasileiro não pode ser compreendido apenas por indicadores econômicos, mas pela articulação entre fatores estruturais, institucionais e sociais.

O diálogo entre essas três abordagens possibilita compreender que o desenvolvimento no Brasil é um fenômeno contraditório, marcado pela coexistência de crescimento e desigualdade, modernização e atraso, autonomia limitada e dependência externa. Além disso, ressalta a importância do Estado como mediador e agente estratégico, cuja atuação é decisiva para reduzir vulnerabilidades, coordenar políticas de desenvolvimento e enfrentar crises estruturais.

REFERÊNCIAS

- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2022.
- CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2012.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTI, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- CARDOSO DE MELLO, João Manuel. **O capitalismo tardio**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- COUTINHO, Luciano. **Política industrial e desenvolvimento**: uma perspectiva histórica brasileira. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.
- MARTINS, José de Souza. **Sociologia do desenvolvimento**: temas e problemas brasileiros. São Paulo: Contexto, 2018.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. **Formação social brasileira e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 1971.
- RANGEL, Inácio. **Elementos de economia do desenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981.
- RANGEL, Inácio. **Dualidade básica da economia brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- RANGEL, Inácio. **Economia: milagre e anti-milagre**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

SERRANO, Franklin; SUMMA, Ricardo. Política macroeconômica, crescimento e distribuição de renda: uma visão keynesiana-estruturalista do desenvolvimento brasileiro recente. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 233-259, 2011.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. 10. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

TAVARES, Maria da Conceição. Acumulação de capital e industrialização no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 5, n. 4, p. 5-29, out./dez. 1985.

TAVARES, Maria da Conceição. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Campinas: Unicamp, 1999.

TAVARES, Maria da Conceição; BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. **Desenvolvimento e Crise: Ensaios sobre Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TAVARES, Maria da Conceição. **Pós-escrito: a crise da razão econômica**. São Paulo: UNESP, 1997.

VELOSO, Fernando; GIAMBIAGI, Fábio; VILLELA, André. **Desenvolvimento econômico e desigualdade no Brasil: uma história de oito décadas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

Este livro propõe uma reflexão crítica sobre o Pensamento Social Brasileiro a partir da centralidade das mediações econômicas na interpretação da realidade nacional. Ao articular economia e sensibilidade social, a obra revisita autores, correntes e momentos históricos que pensaram o Brasil em suas contradições estruturais. Temas como escravidão, industrialização tardia, dependência, desigualdades regionais, políticas públicas e financeirização são analisados como chaves para compreender a vida social. Mais do que um inventário teórico, o livro convida ao diálogo crítico e ao compromisso intelectual com os dilemas do país. Trata-se de uma jornada analítica que valoriza o pensamento como instrumento de transformação social e consciência coletiva.

ISBN 978-65-84364-02-8



9 786584 364028 >

